



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 55

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 03 DE ABRIL DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS 0771

TAQUIGRAFIA

9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 20 de Março de 2018

Presidência dos Srs.

EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelo Sr.

LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 15 horas e 10 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 9ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Procede a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Queria registrar a presença do Laerte Gomes, Ex-prefeito do Município de Nova Mamoré, aliás, Laerte Queiroz, vai ser companheiro do Deputado Laerte Gomes, daqui a um tempo aqui nesta Casa. Amigo Laerte Queiroz, muito obrigado aí pela sua presença e também do Secretário Claudomiro, do Município, muito obrigado pela presença, ao grande Ex-Prefeito pelo trabalho que fez lá em Nova Mamoré, obrigado Laerte Queiroz.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Procede a leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 21/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera, acrescenta e

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manweiler*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que 'Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências'.

02 – Mensagem nº 22/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Acrescenta os artigos 193-A, 193-B e 193-C à Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, que 'Dispõe sobre o Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências.'".

03 – Mensagem nº 23/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Institui o Programa de Apoio Financeiro do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – PROAFI/IDEP".

04 – Mensagem nº 24/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Dispõe sobre as atividades eventuais de docência no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – IDEP".

05 – Mensagem nº 25/2018 – Poder Executivo, solicitando que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei que "Acrescenta os artigos 193-A, 193-B e 193-C à Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, que 'Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências'".

06 – Mensagem nº 26/2018 – Poder Executivo, encaminhando Emenda ao Projeto de Lei que "Dispõe sobre as atividades eventuais de docência no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – IDEP", objeto da Mensagem nº 24/2018.

07 – Ofício nº 258/2018 – Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Ministério Público do Estado de Rondônia transferir, mediante doação com encargo, imóveis de sua propriedade para os municípios que especifica".

08 – Ofício nº 259/2018 – Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Institui no âmbito do Ministério Público do Estado de Rondônia o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, destinado aos servidores do seu quadro efetivo que preencham os requisitos para a aposentadoria voluntária e dá outras providências".

09 – Ofício nº 264/2018 – Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia".

10 – Ofício nº 874/2018 – SEGEP, encaminhando resposta ao Ofício nº 0111/18, de autoria do Senhor Deputado Anderson do Singeperon.

11 – Ofício nº 067/2018 – SEPOG, encaminhando resposta ao Ofício nº 0110/2018, de autoria do Senhor Deputado Anderson do Singeperon.

12 – Ofício nº 891 e 890/2018 – Governo do Estado, encaminhando respostas as Indicações Parlamentares nº 4375 e 4350/17, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

13 – Ofício s/n – Senado Federal, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1388/17, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

14 – Ofício nº 1065/2018 – SEAGRI, encaminhando resposta ao Ofício nº 0079/18, de autoria da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

15 – Carta nº 065/2018 – CAERD, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1471/18, de autoria do Senhor Deputado Anderson do Singeperon.

16 – Ofício nº 192/2018 – Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que se digne prestar as informações que julgar necessárias sobre o incidente de arguição de inconstitucionalidade do artigo 91-A, §4º da Lei Complementar nº 432/2008, tendo como objeto da ADIN nº 0003228-04.2017.8.22.0000.

17 – Ofício nº 195/2018 – Tribunal de Justiça do Estado, informando que o v. acórdão (ID2983538), o qual julgou parcialmente procedente a ação nos termos do voto do relator, objeto da ADIN nº 0800167-05.2017.8.22.0000.

18 – Ofício nº s/n – Supremo Tribunal Federal, informando sobre a suspensão, em sede cautelar, de dispositivos da Lei complementar 620/2011, com redação dada pela Lei Complementar 767/2014.

19 – Ofício nº 3720/2018 – Supremo Tribunal Federal, informando sobre a decisão referente ao Mandado de Injunção nº 6803.

20 – Ofício nº 0121/2018 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Ofício Circular nº 0003/2018-GP – Recomendação referente Publicação das Escalas de Médicos Plantonistas.

21 – Ofício nº 070/2018 – Conselho Municipal de Educação, solicitando cópia do Projeto de Lei nº 813/17, que dispõe sobre a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar do Estado de Rondônia, denominada "Lei Harfouche".

22 – Ofício nº 1488/2018 – Casa Civil, encaminhando cópia da Ata de Reunião, cuja tratou das reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia – SINTERO.

23 – Ofício nº 322/2018 – Ministério Público do Estado, encaminhando Ofício nº 0057/2018-2ªPJA/2ªTIT, no qual solicita informações sobre destinação de verba, através de emendas parlamentar, ao Centro de Saúde Remanescer em Ariquemes.

24 – Ofício nº 008/2018 – Gabinete do Governador – OGE, encaminhando um exemplar do Relatório de Atividades – 2017 da Ouvidoria Geral do Estado.

25 – Ofício Circular nº 51/2018 – SEAGRI, encaminhado Notificação quanto à Migração dos Processos Físicos para o Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

26 – Ofício nº 005/2018 – Comitê Estadual para Prevenção e combate à Tortura, encaminhando candidatos a serem sabatinados no dia 21 de março de 2018, quarta-feira, às 9h, conforme o Edital.

27 – Memorando nº 12/2018 – Gabinete Deputado Aécio da TV, encaminhando denúncia recebida na Comissão de Fiscalização e Controle.

28 – Memorando nº 093/2018 – Gabinete Deputado Dr. Neidson, encaminhando pedido de Providências e encaminhamento do Ofício nº (002/2017/RESP.CSB-RO), para a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Passamos agora as Breves Comunicações. Com a palavra por cinco minutos, sem

direito apertes, o ilustre deputado grande líder da 429, deputado Eurípedes Lebrão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só Questão de Ordem senhor Presidente? Só registrar a presença aqui do vereador Demizinho do PSB, nosso parceiro lá em Alvorada e do vereador Marcos Paulo. Sejam bem-vindos e Joãozinho que é do Partido dos Trabalhadores aí presente também, fiquem à vontade.

O SR. LEBRÃO – Quero neste momento aqui cumprimentar nosso Presidente em exercício nesse momento, deputado Ezequiel Junior, grande líder da região de Machadinho D'Oeste; cumprimentar a todos os deputados, fazer uma saudação especial a todos os servidores da Casa, as pessoas que hoje estão aqui na galeria desta Casa, aqueles que nos acompanham através da internet. Eu acredito senhor Presidente que não vou precisar nem de cinco minutos, vou ser bastante breve. Eu quero somente deixar registrado aqui a agenda que fizemos a semana passada, iniciada lá no município de Buritis, uma agenda do MDB, onde nós tivemos a presença de muitas autoridades naquele momento e que nós tratamos de fazer com que a gente tivesse a oportunidade de fazer algumas filiações, que vieram a somar com o PMDB, hoje MDB. Presença do Senador Valdir Raupp, da deputada federal Marinha Raupp, deputado federal Lúcio Mosquini, nosso grande senador; nosso Presidente Tomás Correia. Tivemos também a presença do nosso querido vereador Adriano, vereador João Orlando que nos honraram com suas presenças naquele momento e que foi muito importante naquela ocasião. Também fizemos uma agenda lá no município de Campo Novo com a presença do nosso querido Prefeito, Ocimar juntamente com a primeira dama, a Vilma; a Presidente da Câmara Municipal a Naiara, com o vereador Jucão, até um caso interessante, é a primeira vez que eu vejo um casal de vereador disputar o mesmo cargo não é deputado Alex. Eu quero até pedir a receita para que eles fizessem isso aí em paz sem nenhum tipo de problema. Também a presença do vereador Miro, mais uma vez estava presente o vereador Adriano lá de Buritis que nos acompanhava, vereador João Orlando, esteve presente também o Presidente e o Vice-Presidente da Associação da linha 90, o Marquinhos e também o Jaci naquela oportunidade nós também liberamos um recurso para compra de uma camioneta no valor de cento e vinte mil reais e que vai ser muito importante para aquela associação. Também estava presente o ex-prefeito nosso amigo Marcelino, Presidente do MDB, também mais uma vez o Dr. Tomas Correia, Dr. Lenzi, mais uma vez também o nosso Secretário Dr. Lenzi, e nessas duas reuniões também estavam presente o querido Presidente da Assembleia Legislativa, nosso amigo Maurão de Carvalho, que sem dúvida nenhuma pleiteia aí hoje sua pré-candidatura à Governo do Estado. E no sábado nos realizamos também mais uma reunião grande do MDB na cidade de Monte Negro com a presença dos vereadores, também da primeira dama, a Márcia, a ex-primeira dama Márcia, a Angélica, a Bruna, a Paula, a Dona Altamira que são referências lá também. Mais uma vez o nosso ex-prefeito lá de Campo Novo, o Marcelino, vereador Marcão, vereador Raildo, vereador Joel, vereadora Marileide, meu amigo de bicharada, meu amigo e grande vereador Jacaré. E naquele momento aconteceu a transferência de cargo de Presi-

dente, do ex-presidente agora o Rui Costa que passou a presidência ao ex-prefeito nosso amigo Eloizio. Tivemos também a presença mais uma vez do Dr. Lenzi, também do Dr. Tomás Correia, a companhia do nosso querido Deputado Jean Oliveira, parceiro de partido MDB, mais uma vez também a presença do Senador Valdir Raupp e em especial também do nosso Presidente meu amigo Maurão, portanto foi uma agenda bastante positiva que nós tivemos a oportunidade de reforçar ainda mais o partido que a gente representa, o MDB, e que é muito importante a gente manter o acréscimo de filiados para que a gente possa continuar com esse partido que é o maior partido hoje a nível nacional.

Eram essas as minhas palavras para hoje, agradecer o espaço, muito obrigado senhor Presidente e a todos aqueles que nos assistem.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Lebrão. Queremos registrar a presença aqui do Vereador Mailson de Oliveira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alvorada d'Oeste; também Vereador Marcos Paulo, de Alvorada que nos honra também com sua presença; Vereador Demir do Oitavinha, Câmara Municipal também de Alvorada, sejam bem-vindos a esta Casa de leis.

Com a palavra ainda dentro das Breves Comunicações, por cinco minutos sem apertes, o Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, nobres companheiros, cumprimentar aqui meu grande amigo Raimundo Melo em nome do qual cumprimento os demais amigos presentes na galeria, nossos vereadores. Sr. Presidente, eu venho falar aqui de um importante projeto que durante esta semana foi muito cobrada a votação dele que é sobre a criação de novas reservas, esse projeto de lei de minha autoria em conjunto com a Mesa Diretora veda a criação de novas reservas por decreto legislativo. Penso que é importante que se por um acaso for criar alguma reserva que seja discutido neste parlamento e nós deputados estaduais de comum acordo vermos se é importante ou não a criação dessa reserva. Rondônia já tem uma grande quantidade de reservas e nós temos alguns locais onde tem grande concentração populacional e existem boatos que poderiam ser criadas reservas através de decreto, então este projeto de lei visa que qualquer reserva não poderá ser criada por decreto e sim discutido neste parlamento. Eu peço, senhor Presidente, a inclusão deste projeto na Ordem do Dia, peço também o apoio de todos os companheiros, pois, é um projeto que precisa de 16 votos para aprovação. A semana passada nós não conseguimos aprovar este projeto que é muito importante para o Estado porque tínhamos 14 votos em plenário, então peço a colaboração de todos neste sentido. E gostaria também de comentar uma visita feita ao distrito de Triunfo onde vi várias necessidades, visitei o postinho de saúde, visitei a escola e firmei alguns compromissos, senhor Presidente, este ano é um ano atípico, é um ano eleitoral, hoje nossas emendas nós temos muitas dificuldades de tramitação, mas gostaria no próximo mandato, se Deus abençoar e nós tivermos essa oportunidade, de ajudar aquela comunidade. Queria parabenizar o Deputado Ribamar e o Deputado Adelino que foram os deputados citados no distrito de Triunfo que tem ajudado a comunidade. O Deputado Adelino

com academia ao ar livre, ajudando os agricultores também, e da mesma forma o Deputado Ribamar com calcário, implementos agrícolas, eu gostei muito daquela comunidade, quero somar com Vossas Excelências e ajudar o distrito de Triunfo. No mais, Presidente, muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Alex Redano. Ainda nas Breves Comunicações, por 5 minutos sem apartes, a voz da experiência, grande líder do coração do Estado de Rondônia, Ji-Paraná, Deputado Airton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde senhor Presidente, boa tarde senhores Deputados, boa tarde nossos funcionários aqui desta Casa, fazer uma saudação a todo público que está aí na nossa plenária; saudar o Batoré que veio lá de Ouro Preto prestigiar a nossa sessão. E quero aqui neste momento fazer um agradecimento especial ao Governador Confúcio, ao DER, porque na semana passada nós estivemos com o Governador Confúcio solicitando dele a recapagem de duas ruas lá em Ji-Paraná, a Dr. Fiel e a rua Tenente Antônio João, e neste momento está acontecendo o trabalho em parceria, claro, com a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná fornecendo a máquina e a mão de obra e o DER entrando com a massa asfáltica, então vai ser inaugurado o supermercado Gonçalves que era o Atac, eles querem fazer essa inauguração dia 24. Então a gente quer agradecer aqui ao Nino, ao Cleber, o Paraná e especialmente o Valdecir também da Prefeitura, o Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná por esse momento aí que está proporcionando essa melhoria dessas duas ruas onde com a inauguração desse novo supermercado Gonçalves em Ji-Paraná trará grandes benefícios, inclusive com mais de 150 novos empregos na nossa Ji-Paraná. Então, é com grande alegria que neste momento eu anuncio que este trabalho está sendo realizado a pedido do pessoal do Júnior Gonçalves e de seus funcionários, colaboradores que há 15 dias atrás nos solicitaram. E fizemos uma solicitação nossa ao Governador Confúcio Moura e ele nos atendeu. Então queremos aqui agradecer por este atendimento do Governo do Estado através do DER neste momento por ter feito esta obra já rapidamente e estão trabalhando e a gente espera hoje a tardezinha ou amanhã, na primeira hora já esteja pronto. Também, quero colocar aqui, que inauguramos fizemos a primeira aula do Bombeiro Mirim em Ji-Paraná lá na OAB na 5ª Feira, foi uma emenda nossa de R\$70.00,00 onde 30 crianças e adolescentes de 09 a 13 anos ficarão quatro meses tendo aula lá com expediente da parte da tarde com alimentação com uniforme e terão também transporte. Então é uma emenda de R\$70.000,00, 30 crianças. Ji-Paraná nós não tínhamos esse curso do Bombeiro Mirim, alguns outros municípios já têm, mas é com muita alegria lá que nós recebemos o pedido do Comandante lá do Corpo de Bombeiro, Capitão Dos Santos. Também estive presente na aula o Coronel Farias, Subcomandante dos Bombeiros; a Vereadora Sílvia Cristina e também Acácio diretor do DETRAN. Então eu reafirmo aí essa nossa preocupação com essa nossa juventude, a nossa, os nossos adolescentes, as nossas crianças arrumando esta emenda de R\$70.000,00 para que esse Bombeiro Mirim deu-se início nessa Escola que são quatro meses. Este período inclusive segunda, quarta e sexta e sábado também terão aulas. Foi muito bonito, muito bacana este

evento. Participamos também nesta segunda feira da solenidade da entrega da organização da rua Martins Costa no bairro da Vila Jotão aqui em Ji-Paraná e das calçadas, o calçamento da Av. Brasil da T1 até a T17 recurso que foi concedido pelo Senador Acir Gurgacz, recurso no valor de R\$2.000.000,00 e com contrapartida a Prefeitura a via recebeu várias melhorias entre elas calçadas, ampliações de saneamento, nova iluminação, bancos, paisagismos, canteiros, plantio de árvores e recapeamento ali de 250 metros em frente à rua Martins Costa. Um sonho antigo dos empresários ali daquela região perto do Shopping Cidadão da Casa 3 Irmãos dos hotéis ali, uma região muito bacana ali no início da T1 e que ficou muito bonita, ficou bela a nossa cidade. É hoje uma das melhores cidades, bem administrada pelo nosso Prefeito Jesualdo, pelo nosso vice-Prefeito Marcito Pinto, tem uma Câmara de Vereadores que colabora e ajuda muito; também temos um corpo técnico na Prefeitura muito eficiente na Prefeitura de Ji-Paraná. Então são essas coisas que nos animam a continuar ajudando lá a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná pela seriedade do seu trabalho, pela seriedade da equipe Técnica do prefeito Jesualdo Pires, do seu vice Marcito. A Câmara dos Vereadores que tem buscado sempre a preocupação com o bem-estar da nossa sociedade, pensando no ser humano. Então pensando na nossa comunidade Jiparanaense e com isso tudo a gente fica feliz por essas atitudes do nosso Prefeito e vice-Prefeito com as obras da nossa cidade. Quero aqui deixar um grande abraço e uma boa tarde a todos. Essas são as minhas palavras agora neste período da tarde. Obrigado a todos.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Airton.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra por cinco minutos o Deputado Adelino Follador.

Em tempo registra-se aqui que foi deferido o pedido feito verbalmente em plenário pelo Deputado Alex Redano na inclusão na Ordem do Dia do projeto citado por ele, Projeto de autoria do mesmo.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Senhor Presidente; ilustríssimos deputados aqui presentes; imprensa; pessoal aqui na galeria assistindo, nossos cumprimentos, dizer que esta semana estivemos fazendo visitas nos municípios da região do Vale do Jamari, onde nós acompanhamos várias categorias visitando os colégios aonde nos preocupa muito esta questão da greve dos professores, onde nós estivemos visitando vários colégios uns em greve e outros não. E com certeza nos preocupa muito. E hoje conversando com o chefe da Casa Civil, conversamos com o Emerson Castro, Secretário de Planejamento e fizemos um apelo para que se tenha que fazer uma questão de um esforço da parte do governo para que essa greve finalize e que dê condições dos alunos voltarem às aulas. Sabemos que a dificuldade é muito grande para repor essas aulas e a essa greve não é boa para ninguém. Nem para os professores, principalmente para os alunos o prejuízo é maior e para a sociedade de Rondônia. Então, esperamos que o Sindicato também tente conversar, o governo também para não cada vez mais radicalizar, e isso prejudica toda a sociedade de Rondônia. Quero também dizer que nós estivemos em Jaru ontem, e tem um projeto da Educação que estamos discutindo também em

Ariquemes, eu sou o relator. E nós fizemos várias opções, várias sugestões e agora estamos convocando a equipe da SEDUC para discutir amanhã na Comissão de Educação para que a gente consiga resolver, tirar algumas dúvidas. Gostaria também de aproveitar esse momento e dizer que nós do Democratas, nós temos um encontro no dia 24, no sábado, onde a gente aproveita para convidar todos os simpatizantes, o nosso Presidente Marcos Rogério também está convocando. Eu como Vice-Presidente também, regional, estamos convocando, a gente faz parte hoje do Diretório Nacional dos Democratas, onde os Democratas hoje é um partido que está em ascensão. Tivemos um encontro agora em Brasília, onde teve vários Deputados Federais, se não me engano parece que foram 08 que assinaram a ficha da filiação dos Democratas; mais dois senadores. Então, com certeza o partido está em ascensão. Nós já fizemos um encontro em Ariquemes, estamos fazendo agora esse encontro lá em Ji-Paraná, onde vai ter filiações e várias lideranças, vários pré-candidatos a deputados estaduais; deputados federais. E nós queremos, então, convidar a toda população que se faça presente lá e dizer que para nós será uma satisfação recebê-los lá. Também, Presidente, eu queria falar sobre um projeto que foi aprovado nesta Casa de minha autoria, onde estabelece a obrigatoriedade da colocação da obra pública estadual paralisada de placa contendo a exposição dos motivos de intervenção, de interrupção. Então, todas as obras que estão interrompidas no Estado de Rondônia que seja colocado uma placa dizendo o porquê que está interrompido. A população está preocupada, cobrando cada vez mais das autoridades, sejam estaduais, federais, municipais, para que a gente não paralise obras. A gente sabe que a corrupção está sendo um prejuízo muito grande, mas eu creio que as interrupções de obra, muitas vezes, ultrapassam às vezes até aquilo que está previsto que está sendo denunciado por corrupção. Todas as obras que são reiniciadas; reiniciam Deputado Lebrão, às vezes com 100% ou às vezes até mais de 100%, do valor que estava prevista antes. Então, nós queremos que evitem paralisar obras, que seja investigado, que seja punida pessoas responsáveis, mas evitar paralisar obra. Porque a partir do momento que você for licitar de novo essa obra, ela no mínimo vai ficar 40% mais cara, Deputado Airton. Nós temos hoje um prejuízo muito grande com corrupção, mas essa paralisação de obras talvez ultrapasse até esse limite de dinheiro perdido que também é corrupção, também é dinheiro jogado fora. Eu quero citar aqui o exemplo dos viadutos de Porto Velho, quanto estava sendo projetados na época e quanto está sendo está gastando hoje com esses viadutos em Porto Velho. Nós temos a obra, ali o Teatro em Ariquemes, nós temos aí o próprio Fórum de Ariquemes que é uma obra que está a 06 anos parada, agora foi licitada, agora foi dada a ordem se serviço de novo, e a gente vê que aumentou e aí é prejuízo, porque é mais dinheiro público jogado fora. Então, muitas pessoas, muitas obras hoje no Estado de Rondônia são paralisadas e ninguém sabe por quê. Se for o Ministério Público ele tem que colocar o porquê, se foi superfaturado; se foi alguma situação, se é o empreiteiro, se é a Prefeitura, se é o Estado, se é o se é o Estado, quem foi e os motivos para que a população saiba. Porque hoje o pessoal está falando mal de todo mundo, por quê? Porque ele não sabe e ele também não tem como ter acesso ao processo para saber. Então que seja mantido, colo-

casas essas placas para que a população saiba de quem cobrar, quem paralisou a obra, por que é que paralisou, dê satisfação à sociedade para evitar o máximo de parar a obra. Essas obras que ficam paradas muitos anos, principalmente quando se trata de construção civil, quando você vai retomar, a parte que você fez, muitas vezes, do ar condicionado, do isolamento, tem que fazer de novo porque os pombos já fizeram ninhos, já estragaram tudo, como eu vi lá no Fórum em Ariquemes. E outras obras, escolas, creches têm muitas paradas no Estado de Rondônia e tem no Brasil. Por que é que estão paradas? O FDE cortou dinheiro por quê? Então nós precisamos que seja esclarecido à população e não só esclarecer, mas procurar evitar parar obras, parando obras na hora que retomar... E eu quero citar ali em Ariquemes também uma obra que estava, ali próximo ao aeroporto, que também parece que paralisou, a Avenida Candeias que está paralisada. Espero que agora reative, que não seja cancelado esse contrato, que se for licitar de novo demora dois, três anos e aí o prejuízo é muito grande. Então, todas as obras no Estado de Rondônia, esse projeto visa esclarecer. Esclarecer à sociedade por que é que essas obras estão paradas, cada obra e quem paralisa, diga por que foi paralisada para que a população tenha conhecimento. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Encerramos as Breves Comunicações e passemos, neste momento, à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas. Já convidando os demais parlamentares a se fazerem presentes em plenário, que em seguida nós estaremos apreciando importantes projetos na Ordem do Dia. Então, atenção senhores parlamentares que porventura se encontrem nos gabinetes ou mesmo aqui ao fundo do plenário, por favor, comparecer no plenário. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA. Altera o artigo 14 e 15 da Lei Complementar 731, de 30 de setembro de 2013.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer à Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS informações sobre providências a respeito das denúncias realizadas pelo SINGEPERON sobre os motins e fugas dos apenas do regime semiaberto da Comarca de Ariquemes.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Institui o “Dia de Mobilização Estadual dos Homens Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Dispõe sobre o ensino da Linguagem Brasileira de Sinais Libras, no ensino médio da Rede Pública de Ensino do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Rondônia, os Jogos Universitários Rondonienses - JUR e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à Mesa na forma regimental, Voto de Louvor a EUCATUR – Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo pelos 54 anos de fundação.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Filia a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia à União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE, bem como autoriza o repasse de contribuições a esta entidade de representação de classe.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer à Mesa Diretora que seja cancelada a Sessão Solene, aprovada para o dia 22 de março de 2018, às 15:00 horas, para homenagear a Procuradoria Geral do Estado – PGE.

- REQUERIMENTO COLETIVO. Requerem à Mesa, na forma regimental, o encaminhamento de cópias deste Requerimento à líder da Bancada Federal de Rondônia, da Câmara dos Deputados, com pedido de apoio para que o “Governo Federal possa realizar de fato a segurança nas fronteiras do Estado de Rondônia e de todo o território brasileiro, como forma de coibir os inúmeros casos de violência e descasos que se encontra com a falta de segurança nas fronteiras de todo País”.

- REQUERIMENTO COLETIVO. Requerem à Mesa, na forma regimental, o encaminhamento de cópias deste Requerimento à líder de Bancada Federal de Rondônia, da Câmara dos Deputados, pedido de apoio para aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015, que “Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, nos termos do parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências” (PLP137/15).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer Voto de Louvor à Escola 04 de Janeiro, em Porto Velho, pela passagem dos seus 30 anos de criação.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer seja encaminhado o Voto de Louvor para José Máximo Lemos, pelos relevantes serviços que executou como ex-ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – ASFEMM e contribuiu para o crescimento do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer seja encaminhado o Voto de Louvor para os senhores ex-ferroviários do Estado de Rondônia, então homenageados que prestaram seus serviços junto a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – ASFEMM, conforme segue a lista em anexo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia e órgãos competentes, cópia do Projeto de Energia Elétrica e do Projeto de Instalação de um Motor de Energia, nas aldeias do Rio Negro Acaia, Rio Negro Sotério e Bahia das Onças, todos localizados no Município de Guajará-Mirim/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer ao Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, informações quanto à retomada das obras de pavimentação asfáltica da RO-005 conhecida como Estrada da Penal, nesta Capital.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer a criação de Comissão Temporária Especial para debater, acompanhar e fiscalizar o andamento dos processos de aposentadoria que tramitam nas Secretarias e Superintendências

do Poder Executivo, bem como no Instituto de Previdência do Estado de Rondônia – IPERON.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer à Mesa Diretora, na forma Regimental, análise e deferimento dos demais parlamentares quanto à sugestão de repassar ao Governo do Estado de Rondônia o prédio atual da Assembleia Legislativa do Estado, localizado na Rua Major Amarantes, 390 – Arigolândia, visando implantar uma extensão das instalações do Hospital e Pronto Socorro João Paulo II.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado informações à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, referente ao Racionamento de Merenda Escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Custódio Gabriel Filho, no Município de Alto Paraíso.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia através da Secretaria de Estado da Saúde- SESAU, informações sobre a construção do Hospital Regional do Município de Guajará-Mirim, que seja encaminhado cópia do Projeto e como está o repasse das situações financeiras que foram feitos até o presente momento.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia através da Secretaria de Estado da Saúde- SESAU, cópia do Processo de Licitação referente à construção do Hospital Regional do Município de Guajará-Mirim/RO e o motivo pelo qual a obra foi embargada.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia através da Secretaria de Estado da Saúde- SESAU, informações sobre os reparos do prejuízo causado pelo não repasse do Estado para o Município de Vilhena para a manutenção da UTI no Hospital Municipal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, que envie relação de todos os convênios firmados entre o Departamento de Estradas e Rodagens – DER e as Prefeituras Municipais, Entidades e demais Instituições a partir de 01 de janeiro de 2014 a 20 de março de 2018.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer ao Governo do Estado de Rondônia com cópia a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, informações acerca da capacidade de implantação na rede estadual de educação do ensino a distância, conforme a Base Nacional Comum Curricular.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

Atenção senhores Deputados, temos matérias importantes.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO COLETIVO. Requerem à Mesa, na forma regimental, o encaminhamento de cópias deste Requerimento à líder da Bancada Federal de Rondônia, da Câmara dos Deputados, com pedido de

apoio para que o “Governo Federal possa realizar de fato a segurança nas fronteiras do Estado de Rondônia e de todo o território brasileiro, como forma de coibir os inúmeros casos de violência e descasos que se encontra com a falta de segurança nas fronteiras de todo País”.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o presente Requerimento Coletivo. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à Mesa na forma regimental, Voto de Louvor a EUCATUR – Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo pelos 54 anos de fundação.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Airton Gurgacz. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer à Mesa Diretora que seja cancelada a Sessão Solene, aprovada para o dia 22 de março de 2018, às 15:00 horas, para homenagear a Procuradoria Geral do Estado – PGE.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Maurão de Carvalho. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – RQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer Voto de Louvor à Escola 04 de Janeiro, em Porto Velho, pela passagem dos seus 30 anos de criação.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Aécio da TV. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO COLETIVO. Requerem à Mesa na forma regimental, o encaminhamento de cópias deste requerimento à Líder da Bancada Federal de Rondônia, da Câmara dos Deputados, pedido de apoio para aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015 que “Dispõe sobre o procedimento para criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios nos termos do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências”. (PLP137/15)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria coletiva. Está em discussão. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer seja encaminhado o Voto de Louvor para José Máximo Lemos, pelos relevantes serviços que executou como ex-ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - ASFEMM e contribuiu para o crescimento do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Dr. Neidson. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer seja encaminhado o Voto de Louvor para os senhores ex-ferroviários do Estado de Rondônia, então homenageados, que prestaram seus serviços junto a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - ASFEMM, conforme segue a lista em anexo.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Dr. Neidson. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer a criação de Comissão Temporária Especial para debater, acompanhar e fiscalizar o andamento dos processos de aposentadoria que tramitam nas Secretarias e Superintendências do Poder Executivo, bem como no Instituto de Previdência do Estado de Rondônia – IPERON.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Anderson do SINGEPERON. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Registrando a presença do Vereador Wilson Felix, da Câmara de Jarú. Seja bem-vindo atuante vereador. Também o Vereador César Timóteo, da Câmara de Alvorada, também grande vereador; obrigado pela presença dos nobres edis aqui nesta Casa de Leis.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 196/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 020. Dispõe sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do

Adolescente – FUNEDCA e revoga a Lei Complementar nº 667 de 5 de junho de 2012.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto de Lei Complementar nº 196/18 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 020, encontra-se sem parecer.

Pedimos o Deputado Jesuíno Boabaid, que possa emitir o parecer em plenário, pelas Comissões pertinentes; que “Dispõe o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNEDCA e revoga a Lei Complementar nº 667, de 5 de junho de 2012”.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, eu peço que seja invertido a pauta porque o Líder do Governo não está aqui. O projeto chegou no dia 13 de março e nós temos um tratado aqui junto com o Presidente Maurão que esses projetos irão tramitar dentro das Comissões e é um projeto extenso, é um projeto que não tem como você analisar agora, que está tratando de um novo Fundo. Então, é por isso que eu peço a inversão de pauta, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – A Mesa acata a solicitação do Deputado Jesuíno.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 872/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 017. Altera os itens 11 e 13 do Anexo II da Lei nº 4.230, de 19 de dezembro de 2017, que “Autoriza a Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia – CAERD, proceder a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto, Deputado Jesuíno, é o projeto, Deputado Jesuíno, é o projeto da CAERD, vence a zero hora o prazo do seu pedido de vista. Queremos saber se o senhor abre mão dessas últimas horas. Abre não? Fica para amanhã então?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, se for colocado consenso, porque a gente tem que contar os votos. Eu não abro mão não, se vai dar, vai dar quarta-feira. A gente pode colocar para pautar então se tiver consenso de votação. Vai para votação nominal, que esse voto não é simbólico, se tiver acordo na plenária, agora nesse exato momento que vai ser voto, esse processo é ordinário ou complementar? Não, se for voto nominal, eu sou favorável, abro mão do pedido de vista, eu quero que faça um Requerimento. A plenária é favorável então? Pode ser?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu concordo com nominal.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Se for voto nominal, eu abro mão do pedido de vista, senão vai tramitar até quarta.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Exatamente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, voto nominal, voto nominal que a gente vai saber quem vai votar contrário ou favorável, não simbólico. Agora, pode ser agora, amanhã ou hoje.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O senhor está requerendo então...

O SR. JESUÍNO BOABAID – O acordo aqui é o meu Requerimento...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O senhor abre mão da vista...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Desde que haja o Requerimento acatado pela plenária de que a votação seja nominal.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Então, eu coloco o Requerimento apresentado pelo Deputado Jesuíno, para a apreciação do plenário. Se o plenário concorda, vamos colocar em votação o Requerimento do Deputado Jesuíno. Vamos ficar bem democrático.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Exatamente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Favorável?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Favorável ao Requerimento do Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só fale então os contrários se manifestem.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Os Deputados favoráveis ao Requerimento do Deputado Jesuíno, permaneçam como se encontram, os favoráveis, que querem que seja votação nominal, que é o pedido do Deputado Jesuíno. Os contrários se manifestem, os contrários ao pedido do Deputado Jesuíno, os contrários são favoráveis à votação simbólica, votação simbólica.

Quem votar com o Deputado Jesuíno é pela votação nominal, no painel.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Já venceu então o Requerimento do Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, eu abro mão do pedido de vista e pode colocar o Projeto para votar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Projeto que já está em discussão é o da CAERD?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Nós só discutimos agora o parecer, o Projeto ainda não está em discussão, só pedido de vista, na realidade, apresentado pelo Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero discutir o Projeto.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Nós vamos discutir, vamos colocar em discussão e votação o parecer emitido pelo Deputado Laerte Gomes, que já está no Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero discutir o parecer Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O Senhor quer discutir o parecer?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero discutir o parecer e colocar em votação.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – o Senhor está com a palavra.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esse Projeto Presidente, foi aprovado no ano de 2017, final do ano, autorizando a criação de mais cargos na CAERD, com o argumento que seria criado para implementar a questão do PIDISE, que é aquele empréstimo milionário por parte do Estado. Nós aprovamos o Projeto e eles erraram o Projeto, tiveram, lá naquela época, venceram aqui na plenária, a oportunidade de ter a manutenção desse Projeto de uma forma condicional, e agora eles trazem novamente para essa plenária com mais cargos, com mais cargos. E é essa situação que eu vejo que é totalmente infundada. Motivo pelo o qual eu peço ao plenário que rejeite até o parecer. Se o parecer for rejeitado agora nesse exato momento, o Projeto vai ao arquivo sem a necessidade da gente discutir a votação perante a plenária, ou seja, ir para o voto.

Então, o meu sentido que os pares, o senhor coloque em discussão a votação para que seja arquivada, a CAERD hoje, que se encontra com salários totalmente atrasados e sem condição financeira e orçamentária para a sua manutenção.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Quem quer discutir o parecer ainda? Deputado Hermínio? Parecer favorável emitido pelo Deputado Laerte Gomes.

Está em votação o parecer favorável do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não se rejeitar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim, acaba.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Acaba?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Acaba. Conta os votos a favor.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O parecer está rejeitado, portanto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vai ficar ao arquivo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Então, o Projeto é arquivado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Será nomeado...

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Projeto vai ao arquivo, a mesma simetria.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Projeto é arquivado Manvailer?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É arquivado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É arquivado o Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É arquivado o parecer, ninguém votou favorável, o Projeto vai ao arquivo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É arquivado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É arquivado, não tem mais discussão sobre isso. Nomear quem?

Manvailer, com todo, Manvailer, recentemente a gente arquivou o Projeto nosso aqui nesse mesmo sentido, é diferente, aqui não é Comissão de Constituição e Justiça, aqui é plenário, o plenário foi soberano e rejeitou. O Requerimento foi proposto, já era, já não tem mais condições de discutir não. O Projeto vai ao arquivo, o Projeto tem que ir para o arquivo, aqui não é Comissão de Constituição e Justiça não.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Projeto foi ao arquivo.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Questão de Ordem, eu estou com a palavra.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Questão de Ordem. Aqui foi colocado em votação o parecer do Deputado, não é o Projeto, o parecer está rejeitado, é outra história. Tem que fazer um novo parecer.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lebrão, mas se foi, se o plenário rejeitou a aprovação do parecer, eu quero saber se o projeto naturalmente está arquivado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ele está dizendo aqui, o Secretário Manvailer está dizendo que é o 28-A.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pessoal, Deputado Lazinho, Deputado Jesuino, o que a gente combinou, foi combinado para pôr em votação, não era para ninguém votar contrário ao parecer. Vossa Excelência tinha inclusive colocado para a gente votar no plenário, para votar o projeto. Ninguém, não, se nós temos maioria aqui vamos derrubar o projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então faz o seguinte, nomeia um deputado...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu solicito que Vossa Excelência nomeie um deputado agora para dar o parecer no projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vai ser contrário, mas eu não sei qual é a...

O SR. HERMÍNIO COELHO -Não, o parecer deixa, e nós derrubamos na votação, que aí fica mais enterrado de vez...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Tem que ser um membro da Comissão de Constituição e Justiça, não é isso?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Quem são os membros da CCJ aqui?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Adelino, Deputado Léo, Deputado Jesuíno, Deputado Marcelino, Deputado Laerte e Deputado Saulo também.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado o senhor pode apresentar? Deputado Adelino novo relator da matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 872/18, Mensagem 017 do Poder Executivo que “Altera os itens 11 e 13 do anexo II da Lei nº 4.230, de 19 de dezembro de 2017, que ‘Autoriza a Companhia de Água e Esgoto de Rondônia – CAERD proceder a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária excepcional de interesse público’”.

Nós somos de parecer contrário à esta matéria tendo em vista que já foi aprovado aqui um projeto nesta Casa, nós já cometemos um erro no passado e não podemos continuar cometendo erro de contratar mais gente se têm 4 meses atrasados, os funcionários sem receber a situação da CAERD jamais podemos... E eu recebi uma denúncia, inclusive está lá no meu gabinete, onde têm pessoas contratadas com R\$ 23 mil nesse projeto que nós votamos no passado e muitas pessoas com R\$ 8 mil. E nós hoje somos pelo parecer contrário pelas Comissões pertinentes, o parecer contrário à esta matéria, Sr. Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, senhor relator Deputado Adelino, o senhor tem que citar o artigo 28-A do Regimento Interno que diz que vai para o arquivamento. O senhor tem que citar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parecer contrário, artigo 28-A, somos de parecer contrário a essa matéria.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Parecer contrário do Deputado Adelino está em discussão com base no artigo 28-A do Regimento Interno. Está em discussão. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer contrário do deputado Adelino Follador. Portanto, a matéria está rejeitada. Vai para o Arquivo.

Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Presidente. Diante da proposta encaminhada, desse projeto na Casa, automaticamente pelas Comissões pertinentes, pelo parecer dado em plenário por dois relatores, a matéria foi arquivada. É isso não é, Presidente? E isso me alegra, me alegra por que quando nós estamos na capital Porto Velho, quando nesta terça-feira pela manhã estivemos no complexo Rio Madeira, nós pudemos acompanhar a movimentação da categoria da edu-

cação que está paralisada. Quando nós saímos de Porto Velho ao interior do Estado de Rondônia, não é diferente. Nós vemos uma honrosa categoria reivindicando os seus direitos e principalmente por uma melhoria salarial dentro daquilo que a própria lei determina que é a reposição dos seus vencimentos. E ao mesmo tempo em que a categoria da educação, que é a maior categoria do Poder Público estadual, maior número de servidores, recebe um ‘não é possível’, ‘não dá’, ‘agora não tem jeito’, pelo Governo do Estado, ao mesmo tempo o Governo do Estado nos surpreende mais uma vez com essa matéria. Querer criar cargos para a CAERD, uma massa falida e a justificativa é de que esses cargos serão criados, cargo de R\$ 8 mil, R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, serão criados para que o Estado de Rondônia possa receber obras do PAC, sendo que nós mesmos temos a informação que este convênio já venceu, que esse recurso não existe mais, então essa justificativa não é plausível de nosso reconhecimento. Se não bastasse isso, meu Presidente Deputado Maurão, se não bastasse isso, a outra justificativa, Deputado Anderson, Deputado Aécio, Deputado Dr. Neidson, é que essa contratação era para fazer a contratação de pessoas técnicas, com conhecimento técnico dessa área. É outra coisa que também não está acontecendo porque a maioria dos cargos nomeados na CAERD são indicações políticas, são indicações de cunho político para satisfazer o desejo do Poder Executivo. E onde fica o respeito do Governo com os servidores da educação do nosso Estado? Por isso, no passado me posicionei contra a criação de cargos da CAERD e mais uma vez nos posicionamos contra a criação de cargos na CAERD. E eu queria fazer um pedido agora para o Governo do Estado, já que esta Assembleia honrou os servidores da educação do nosso Estado, rejeitando essa proposta do Governo de criar cargos politiquieiros de R\$ 8 mil, R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, que nós pegamos o rateio dessa economia, que graças a Deus foi dada pela grande maioria desta Assembleia através de todos os deputados que aqui estão, Deputado Jesuíno, Deputado Airton Gurgacz, Deputado Cleiton Roque, Deputado Léo Moraes, Deputado Saulo Moreira, Deputado Dr. Neidson, Deputado Geraldo da Rondônia, Deputado Aécio da TV, Deputado Anderson do Singeperon, Deputada Rosângela Donadon, Deputado Hermínio Coelho, Deputado Alex Redano, Deputado Ribamar Araújo, Deputado Adelino Follador, Deputado Ezequiel Junior, Deputado Lebrão e inclusive o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, parabéns Deputado Maurão, esta Casa está honrando os servidores da educação com a rejeição desses valiosos cargos comissionados que seriam criados para contemplar alguns servidores para contemplar o desejo político do Governo do Estado. Eis aqui a resposta da Assembleia porque a Assembleia sim é a favor dos servidores da educação do nosso Estado. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES – Sr. Presidente, ainda em discussão.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Não, a matéria está arquivada já.

O SR. LÉO MORAES – Não, ainda em discussão, afinal ainda não foi declarado o arquivamento.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Já foi, já declarei o arquivamento.

O SR. LÉO MORAES – Então posso contribuir por 30 segundos? Apenas para dizer que também é um princípio muito claro para ser arquivado dentro do escopo jurídico e da legalidade a incúria administrativa e o princípio da razoabilidade que deve nortear e ter como diretriz dentro da administração pública num momento de contenção de despesa, de contingenciamento de recursos, de cuidado com a aplicação da coisa pública, nós criarmos esses cargos, na verdade é inoportuno e inadequado. Até porque, como já foi dito por vários colegas, nós temos uma série de outros assuntos a serem tratados como prioridade e devemos nos comportar dessa maneira. Portanto, a Assembleia Legislativa dá um exemplo de sobriedade, de lucidez e de responsabilidade que deverá ser reverberado na nossa sociedade rondoniense. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Próxima matéria.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente. Sábado teve o encontro do PP lá em Rolim de Moura, inclusive o Senador Cassol citou no discurso inflamado que ele fez lá em Rolim de Moura ele citou a CAERD, esses cargos da CAERD. Inclusive, Deputado Jesuíno, citou que esses cargos eram criados lá e só tinham 3 deputados aqui que não indicava gente lá na CAERD nesses cargos, que era eu, o Deputado Ribamar e o Deputado Aécio da TV, o resto, os cargos eram criados para os deputados, e provou aqui que não é verdade, que a grande maioria dos deputados votou contra o projeto.

A outra questão é a seguinte, eu quero fazer uma denúncia aqui, Presidente, com relação voltando ao Ezequiel Neiva. O Ezequiel Neiva continua mandando no Governo. É lógico que eu estou preparando aqui um processozinho e vou encaminhar para o Ministério Público dizendo que essa saída do Ezequiel do DER foi uma saída de 'h', que para falar a verdade ele continua mandando, inclusive fica andando no avião do Governo para cima e para baixo deste Estado, assinando convênio e entregando tubos armcos, manilhas e outras coisas e falando em nome do Governador Confúcio Moura, falando em nome do Confúcio Moura. E toda a sua equipe, cunhado, segurança e mais um bocado continua lá dentro do DER, manipulando lá dentro do DER. Por isso eu quero aqui alertar o nosso Ministério Público e dizer que está na hora, porque tem gente aí obstruindo a Justiça. Tem gente que deveria estar, no mínimo, na cadeia e continua mandando neste Estado. Por isso eu peço ao nosso Ministério Público, é lógico que eu vou protocolar lá. Mas antes de protocolar, que o Ministério Público já aja pedindo, tomando providências, porque o Ezequiel Neiva... Eu tenho as provas. Fotos que 14:00 horas ele está em Cerejeiras, 14:30 horas ele está em Cabixi, fazendo evento do Executivo, Evento do Governo de Rondônia e falando em nome do Confúcio, vídeos gravados, ele dando discurso, entregando R\$800 mil para um município, R\$500 mil para outro, R\$1 milhão para outro. Enquanto os deputados aqui desta Assembleia, que têm as emendas indicadas, a maioria não tem as emendas pagas. Por isso, eu peço o apoio da Assembleia e da população e do Ministério Público para que tire o cofre de perto deste Ezequiel, porque senão ele vai acabar de quebrar tudo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR –Vossa Excelência falou o quê? Que o Ivo Cassol falou que eu tenho cargo na CAERD?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, ele não falou de Vossa Excelência.

O SR. ADELINO FOLLADOR –Fala... Vossa Excelência falou que só três deputados não têm. Eu quero, eu faço um desafio para falar o nome da pessoa que eu, porventura, algum dia entregarei.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Calma, calma que eu vou falar

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem que falar os três aí, só três aí e o resto está entregando...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Calma, Deputado Adelino, calma que eu vou falar.

Não, o que o Cassol falou no discurso é que Vossas Excelências podem pedir a fita lá da ... Calma, Deputado Adelino. Ele falou o seguinte: que todos estes cargos, falou mal dos cargos criados na CAERD, que isso ele tem razão. E falou que nós deputados aprovávamos porque estes cargos, a grande maioria era indicações dos deputados. E que só tinham três deputados nesta Casa que não indicavam cargos lá.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas eu estou falando que é mentira. Eu quero que ele aponte qual é.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Calma, Deputado Adelino. Ele está dizendo que só quem não tinha cargo lá era eu, Deputado Ribamar Araújo e o Deputado Aécio da TV. E aqui agora provou que não é verdade, que a maioria dos deputados não votou, não aprovou o projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Por isso que está condenado, por falar bosta. Porque eu acredito que muitos deputados, muito mais não tem nenhum cargo indicado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Que não têm cargos, é lógico.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Por falar besteira deste jeito.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O que eu estou querendo dizer aqui...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Por isso que tem... Este homem não tem nem moral para falar qualquer besteira. É um condenado, tem a cara de pau, ficha suja. É por isso que a Procuradora da União vai restringir, vai embargar, cidadão condenado que tem a cara de pau de prestar serviço a uma escola e ainda quer ser Governador do Estado. Eu teria era vergonha! Eu não tinha ciência disso não, que na hora eu teria arrebatado. Quem é ele para falar que indicação de cargo? Que na época do seu governo negociava, negociava quantos e

quantos aí acordos? Que foi condenado. Rapaz! Agora é que... Deixa eu subir ali na tribuna hoje.

Eu peço Presidente que Vossa Excelência conduza a continuidade da votação, porque nós temos votação e depois vai para os discursos. Agora eu quero falar dele. Falando que tem três deputados, deputado Aélcio... Que se eu tivesse ficado em algum lugar, rapaz, tem que ter vergonha na cara.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, eu não estava lá, eu não estava lá, que é do PP e eu não sou do PP, eu não participei. Mas Vossas Excelências podem pedir...

O SR. JESUÍNO BOABAID – E quem quebrou a CAERD foi este Cassol, rapaz! Quem quebrou esta CAERD foi este Senador, que para mim não passou do Senador mais péssimo e ainda tem gente que vota em um cidadão destes. Sinceramente, eu quero ter...Eu quero ter a oportunidade, um dia se eu retornar para esta Casa, porque o bicho é turco. Porque ele chamou gente na época dos movimentos lá de que todo Policial Militar é marica. Eu falava era na cara dele 'marica é você', 'você é que é marica'. Ele não é homem perto de ninguém, não, rapaz. Ta pensando o quê? Falar que tem cargo?

O SR. LÉO MORAES – Ele errou nas contas aqui, Deputado. Ele errou nas contas aqui também Deputado Lazinho.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Vamos a próxima matéria, Secretário.

O SR. LÉO MORAES – Ele errou na conta, Deputado Hermínio. Faça a correção aí, pelo menos mais dois aqui, também.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Vamos a próxima matéria, aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu acho quem deve ter cargo aqui são as crias dele que ficaram, deixou aqui porque eu não tenho.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Toca o barco, Presidente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 037/17 DOS DEPUTADOS ALEX REDANO, MAURÃO DE CARVALHO E JEAN OLIVEIRA. Altera o § 2º do artigo 6º, acrescenta o inciso XIII ao artigo 30, e dá nova numeração ao parágrafo único e acrescenta o § 2º ao artigo 219 da Constituição do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente projeto já se encontra com parecer, é de autoria do Deputado Alex Redano.

Deputado está aberto para discussão o presente Projeto de Emenda Constitucional nº037/17 do Deputado Alex Redano, ele vai explicar o projeto.

O SR. ALEX REDANO – Senhores Deputados, este projeto é para trazer à discussão da Casa de Leis toda a criação de reservas. Existem muitos comentários, boatos que poderiam

ser criadas algumas reservas por decreto. Na época eu fui procurado por várias regiões, principalmente aqui perto de Jaci-Paraná, Muritizal, se não me falha a memória, tem uma região também de Machadinho, 02 de Novembro e outras regiões mais longes do Estado. Ao todo existe a possibilidade de serem criadas 24 Reservas no Estado. Este é o comentário que existe. O que é que esta Lei traz? Se por um acaso o Governo quiser criar Reservas Florestais que tenha que ser aprovado na Assembleia, para nós deputados discutirmos se aquela região é viável ou não se tornar Reserva Florestal. Dando assim autonomia para a Assembleia legislativa discutir junto e tomar decisão junto. Eu peço apoio de todos os parlamentares, esse projeto que é muito importante para discussão da Casa e o Governo de repente não tomar uma decisão que seja errada, que às vezes até um decreto: vou criar, tal região vou tornar reserva. E temos regiões, gente, Dois de Novembro, Tabajara, que milhares de famílias moram lá há muitos anos. Temos muitos locais que podem se tornar reserva que já estão totalmente desmatados. Então, nós precisamos preservar a terra para ser produtiva em nosso Estado. O Deputado Cleiton Roque tem uma...

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor, Presidente, eu quero discutir a matéria também, até porque ontem eu manifestei para o Deputado Alex Redano, que podia contar com o nosso apoio pela a iniciativa, por entender a importância dessa matéria.

É fato e notório que o Brasil cuida sim do meio ambiente. Não somos nós que falamos, são instituições internacionais do porte da Agência Espacial Americana – Nasa, com o estudo que fez do planeta da questão da preservação ambiental, anunciou no ano passado que o Brasil não utiliza mais que 8% do seu território para cultivo agrícola, enquanto que nos Estados Unidos 17%, a Europa mais de 65%. E aqui na Amazônia, e vamos citar o caso de Rondônia que é um Estado que tem alcançado desenvolvimento com apenas a utilização de menos de 30% de suas áreas. Ou seja, nós temos uma quantidade significativa de reservas federais, de unidade de conservação estadual, enfim, reservas indígenas. Está no momento de pensarmos também no bem-estar da população, que aqui vivem um milhão e setecentos habitantes neste Estado que aqui vieram, inclusive, impulsionados por políticas do Governo Federal, naquela 'Integra ou Entrega', esse era o lema dos anos 70, onde os nossos pais foram incentivados a virem para cá.

Quero parabenizar Vossa Excelência pela matéria, vou votar sim ao Projeto de Lei, por entender a importância que esses temas, que essas matérias têm que ser debatidas na Assembleia Legislativa. Parabéns, Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Muito obrigado, Deputado Cleiton Roque.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Quero também, Deputado Alex, parabenizar a Vossa Excelência pelo Projeto. O Deputado Alex é o autor deste Projeto, mas esse Projeto também leva a assinatura de outros parlamentares também que apoiam essa iniciativa. Há rumores no Estado de que o Executivo, o Governo do Estado tem um decreto pronto para criar mais 24 reservas no nosso Estado. Isso está gerando uma insegurança muito grande em várias regiões e falo aqui por

Cujubim, pelo Município de Machadinho d'Oeste, onde muitos agricultores me procuraram nos últimos dias, temerosos, preocupados com a possibilidade de terem suas terras transformadas em reservas.

Então, isso é uma preocupação muito grande, uma insegurança, uma insatisfação muito grande no interior. E esse projeto vai trazer a criação de reservas para serem apreciadas aqui, tira essa autonomia do Executivo. E a partir do momento que a criação de uma reserva tem que passar por esta Casa de Leis, nós teremos a oportunidade de convocar audiências públicas para ouvir as comunidades e quem tem que dar a palavra final é exatamente as comunidades.

Então, Deputado Alex, conte com o nosso apoio, parabéns pela iniciativa, estamos juntos nessa missão aqui.

O SR. ALEX REDANO – Muito obrigado, Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, Deputado Alex, eu acho que a pauta é tão séria e o Projeto muito bom, mas eu acho que esse Projeto teria que ser até mais completo do que simplesmente passar pela Assembleia. O Projeto teria que ter outros parâmetros para ser regulado, no caso de criação de reserva. Primeiro não existe mais no Estado áreas para reservas que já não estejam ocupadas e são poucas as reservas que já não estão ocupadas. Então eu acho que, vamos aprovar isso aí, mas eu gostaria que Vossa Excelência, a gente pudesse dar uma sentada e ver uma complementação nessa Lei na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Já que nós estamos fazendo essa alteração e dou os parabéns a Vossa Excelência, a gente precisa discutir até outras complementações que precisa nessa Lei. Porque não basta só passar pela Assembleia, têm outras coisas que precisam ser cumpridas até para ser homologada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, senão não homologa, porque todas elas, mesmo sendo estadual têm anuência do Conselho Nacional.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, Deputado Lazinho.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Sim, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero parabenizar o Deputado Alex, inclusive tive a oportunidade de ser relator desse Projeto, um Projeto de suma importância, assinada por quase todos os Deputados aqui, Deputado Alex. O bom mesmo seria que tivesse sido criado lá atrás para não ter feito tanta besteira no Estado quando criaram tanta reserva, Deputado Lebrão, e hoje está criando tanto problema para agricultores no Estado de Rondônia.

Então, está de parabéns e nós, o Deputado que estava citando agora, o Deputado Lazinho está falando, mas acho que só do fato de passar nesta Casa já é uma maneira de travar ele para que haja audiência pública, para que outros segmen-

tos também possam discutir. Então, eu tenho certeza que no passado foi criado muitas reservas, a gente sabe disso, já com gente morando lá dentro com gente morando lá dentro muitos anos e não foi respeitado, não foi discutido, não foi indenizado. Então tem que ter mais responsabilidade, e com certeza esse projeto vem evitar que aconteçam mais outras aberrações que aconteceram no passado. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, Deputado Adelino.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Senhor Presidente, só para questão técnica e jurídica, o Deputado Redano, até para ter segurança no que está votando, para depois não dizer, arguir inconstitucionalidade por parte da Procuradoria do nosso Estado, que ela é muita eficiente para algumas coisas, mas para outras, exemplo hoje que nós temos 700 policiais militares retornando para as folhas do Estado por conta da inércia da nossa Procuradoria, mas depois eu vou falar num momento oportuno.

O artigo 22 diz que 'é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios...' 'Aí vem o inciso VII: 'preservar as florestas, fauna e flora'. Ou seja, como... Vem o artigo 24 e diz: 'compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre...' 'aí diz lá, o VI, 'floresta, a caça, a pesca, a fauna, a conservação da natureza, a proteção do meio ambiente, do controle de poluição'. Então são matérias, ao nosso sentir, que não existe exclusividade do senhor Governador legislar. Então, motivo pelo qual essa PEC vai ser de suma importância para esta Casa aprovar e votar para dar uma guarida até para qualquer outro Governador retornar e não de forma unilateral, por Decreto, criar mais novas áreas, não é? Meu voto é favorável. Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, Deputado Jesuíno. Gostaria de salientar, senhor Presidente, a pressa de nós aprovarmos e logo termos a sanção governamental, espero, Deputado Jesuíno, que não tenha Vetos, porque como Vossa Excelência falou não tem inconstitucionalidade neste projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Desculpe Excelência. Não existe Veto em Emenda Constitucional. Existe promulgação. Aí o governo é que pode entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade, uma ADIN.

O SR. ALEX REDANO – Porque os comentários são dessa criação imediata de 24 reservas no nosso Estado, então isso é preocupante. E agradeço o apoio de todos os parlamentares. Meu muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Lembrando que esse projeto vai à primeira discussão e votação. Pedir aqui ao nosso técnico para liberar o painel. Votação no painel. Precisamos de 2/3 dos votos para aprovação da matéria.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Questão de Ordem, Excelência. Posso fazer uso aqui?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pronto líder.

O SR. LAERTE GOMES – Só para cumprimentar e registrar a presença dos Vereadores do Município de Alvorada, Vereador Marcos Paulo, Vereador Demizinho, Vereador Mailson e Vereador Cesinha, que se fazem presentes aqui na Sessão da Assembleia Legislativa. Vereador Edmar, Marcelo, agora que eu estou vendo. O Vereador João Luiz também. Em nome do Deputado Lazinho, cumprimentar aí. Tem mais Vereadores aqui, mas não estou, quebrou os óculos, não estou enxergando nada. Cumprimentar também a Vereadora Enesia, de Urupá, que se faz presente.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, Questão de Ordem. Eu solicito, senhor Presidente, sobre essa Proposta de Emenda à Constituição do nosso Estado, se ela passou por todas as Comissões pertinentes. Por que se não tiver, Presidente, tem que tirar ela de pauta, solicitar que ela saia de pauta para que ela volte às Comissões pertinentes. Que nós temos Regimento Interno hoje que Proposta de Emenda Constitucional tem que passar por todas as Comissões pertinentes. Então verifica aí, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto já tem aqui o parecer...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – De todas as Comissões. Da Comissão de Constituição e Justiça. Não precisa ir lá para a de Meio Ambiente, isso daí não, não é?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Não. É só a de Justiça.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Está ótimo, senhor Presidente. Então está correto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado, só para colaborar. Essa Emenda Constitucional já tem um prazo que ela tem que tramitar dentro da Casa, Deputado Marcelino. Ela não tramitou nas Comissões, mas foi dado parecer em plenário aqui, pelos membros das Comissões pertinentes. E é uma matéria muito importante, inclusive de suma, de discussão aqui na Casa, que é uma coisa que interessa ao povo rondoniense. Não é ir contra, eu como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, não é ir contra a criação de unidade de conservação, é simplesmente que esta Casa dê o aval na hora da concepção de uma nova unidade de conservação, uma vez que o Parlamento é quem recepciona todas as demandas do Estado. A Casa da cidadania tem que ser informada e tem que avaliar no momento de uma importante criação de unidade de conservação. Porque muitas delas foram criadas em cima de terrenos já ocupados por pessoas que já estavam ali trabalhando e que infelizmente não atendeu seu objetivo, que era preservação e atrapalhou o desenvolvimento daqueles que ali já habitavam. Então é importante a criação desta Emenda Constitucional para que iniba novas unidades de simplesmente com canetaço.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) -Não havendo mais quem queira discutir, o Projeto está em votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador - sim
- Deputado Aécio da TV - sim

- Deputado Airton Gurgacz - sim
- Deputado Alex Redano - sim
- Deputado Anderson do Singeperon - sim
- Deputado Cleiton Roque - sim
- Deputado Dr. Neidson - sim
- Deputado Edson Martins - ausente
- Deputado Ezequiel Junior - sim
- Deputado Geraldo da Rondônia - sim
- Deputado Herminio Coelho - sim
- Deputado Jean Oliveira - sim
- Deputado Jesuíno Boabaid - sim
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazinho da Fetagro - sim
- Deputado Lebrão - sim
- Deputado Léo Moraes - ausente
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelino Tenório - ausente
- Deputado Maurão de Carvalho - ausente
- Deputado Ribamar Araújo - sim
- Deputada Rosângela Donadon - sim
- Deputado Saulo Moreira - sim
- Deputado Só Na Bença - ausente

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Com 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário está aprovado em primeira votação a Proposta de Emenda à Constituição 37/2017, de autoria do Deputado Alex Redano. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 822/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 271. Dá Nova Redação ao Parágrafo Único do art. 1º da Lei 2.721, de 20 de abril de 2012, que “Cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDEC”.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto de Lei 822/17 encontra-se sem parecer pelas Comissões pertinentes. Quero pedir ao Deputado Saulo Moreira, que possa emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. SAULO MOREIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados esta é a Mensagem 271 do Projeto de Lei 822/17, que “Dá Nova Redação ao Parágrafo Único do art. 1º da Lei 2.721, de 20 de abril de 2012, que ‘Cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDEC’”.

Senhor Presidente, senhores Deputados, este Projeto de Lei veio em bom momento, realmente, esta Nova Redação aqui irá dar mais um bom sentido a este Fundo. E, portanto, senhor Presidente, o nosso parecer é favorável à aprovação da matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente?

(Às 16 horas e 43 minutos o senhor Ezequiel Junior passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Deputado Laerte está explicando, Presidente Maurão, é sobre essa matéria aí. Eu quero saber se cria despesa para o Estado, se está criando alguma situação, porque se está criando não tem como a gente aprovar. Cria despesa? De onde vai vir esse Fundo? Para onde vai esse Fundo? Como vai ser arrecadado esse Fundo? Já existe? Pode explicar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quer pedir Vista? Peça Vista do Projeto, Vossa Excelência dá uma olhada nele.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem Presidente, eu vou explicar rapidinho, é rapidão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só Questão de Ordem. Esse Projeto, Sr. Presidente, está tirando do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, tirando o dever de aprovar e fiscalizar o cumprimento de Convênios e Contratos como também aprovado e publicado a prestação de contas anual do FUNDEC. Até porque isso, isso aí quem, isso é atribuído ao Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, o CONDECON. Então, só está fazendo esse ajuste, porque quem executa não pode fiscalizar. Certo, Vossa Excelência? A única mudança é essa, não tem ônus nenhum.

É que o FUNDEC será gerido pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, o CONDECON, essa é a redação atual.

Agora o FUNDEC será regido pelo titular da Secretaria de Estado de Ação e Assistência Social – SEAS, simplesmente isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Adelino quer discutir o Projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esse Projeto com certeza, Criação de Fundos, hoje nós temos aí quase R\$ 200 milhões em caixa, de Fundos. Então, a nossa preocupação hoje é criar mais um, Deputado Laerte. Nós precisamos analisar bem porque essa questão, Deputado Laerte, essa criação de muitos Fundos, hoje tem mais de R\$ 200 milhões já em caixa e cada vez que a gente cria um Fundo você tira os recursos dos municípios, tira dos Poderes também, que tem bastante, mas, principalmente, tira dos municípios. Nós sabemos que o ano passado foi questionado muito pelos Prefeitos e Vossa Excelência foi Prefeito, qualquer recurso hoje que tira dos municípios faz falta. Eu não estou ainda convicto...

O SR. LAERTE GOMES – Mas não está criando não. Vossa Excelência quer que eu dê uma explicação?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, não. Esse aí não cria nada não. Esse aí só dá nova redação.

O SR. LAERTE GOMES – Hoje, hoje, hoje quem gere os convênios é o Conselho, é o Fundo, FUNDEC. Então, a nova redação ela diz o quê? “O FUNDEC será gerido pelo titular da Secretaria

ria de Estado de Assistência Social e Desenvolvimento Social, competido de firmar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Estado de Rondônia”.

Só está mudando isso, antes era o Conselho, agora é o titular...

O SR. ADELINO FOLLADOR – O mesmo recurso?

O SR. LAERTE GOMES – O mesmo recurso, ao Conselho cabe o quê? Fiscalizar, enfim, fazer o papel dele.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer. Em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 857/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 307. Institui o Festival Estudantil Rondoniense de Artes – FERA, também denominado ‘Professor Francisco Marto de Azevedo’, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O Projeto já se encontra com parecer. Então em votação o Projeto de Lei nº 857/18. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 874/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 019. Altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 4.172, de 07 de novembro de 2017, que “Cria o Programa de Gestão Financeira nas Unidades Integradas da Segurança Pública – PROGES/UNISP, e dá outras providências”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Marcelino Tenório, para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei nº 874/18 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 019 que “Altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 4.172 de 07 de novembro de 2017, que ‘Cria o Programa de Gestão Financeira nas Unidades Integradas da Segurança Pública – PROGES/UNISP, e dá outras providências’”.

Senhores Deputados, Senhora Deputada, diante da legalidade e constitucionalidade do projeto, o meu parecer é favorável ao seguimento da matéria pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, Deputado Marcelino, eu não estou entendendo porque é que esta matéria está sendo dado o parecer agora. Isso chegou quando? A gente poderia discutir isso... Quem é o relator desta matéria

na Comissão de Constituição e Justiça? O Senhor sabe quem é?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Não, essa aqui, ela ainda não foi à Comissão, ela veio direto para Casa e está vindo já direto ao plenário.

O SR. JESUÍNO BOABAID -Chegou hoje?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Dia 19.

O SR. JESUÍNO BOABAID – 19? Mas isso aí questão lá do Fundo. A gente tem que analisar. Presidente, Presidente, eu vou pedir vista do projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está concedido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Só para colocar, só para auxiliar aqui o nobre Deputado Marcelino, nosso Presidente da CCJ. Nobre Deputado Jesuíno Boabaid, esse projeto cria, Deputado Lazineho, na sua região, o projeto retifica a terminologia do 3º Batalhão da Polícia Militar de Jarú para o 8º Batalhão da Polícia Militar de Jarú. Ainda determina que os saldos dos recursos financeiros do PROGES/UNISP existentes no dia 31 de dezembro de cada ano, deverão ser automaticamente cancelados e revertidos à conta única do Tesouro do Estado para fins de término do exercício financeiro.

Então, similarmente, e com vista ao recebimento e à execução; Deputado Jesuíno, do Programa de Gestão Financeira nas Unidades Integradas de Segurança Pública – PROGES/UNISP, criado por meio da Lei. A propositura em destaque inclui as Unidades Executoras das Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP. A Coordenadoria Regional de Criminalística de Guajará-Mirim; o Batalhão da Polícia Ambiental; a Companhia de Operações Especiais; a Companhia Independente da Polícia de Trânsito; a Companhia Independente da Polícia de Guarda; o Instituto de Médico Legal; o Instituto de Identificação Civil e Criminal. Então, não tem nada de despesa do Fundo para chiar Deputado...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Certo, nobre Líder do Governo, Deputado Laerte, que eu tenho muito respeito. Sabe quem foi que encaminhou R\$ 500 mil só para Polícia Militar, para manutenção dos quartéis? Foi esse Deputado que vos fala. Sabe quem foi que encaminhou R\$ 200 mil para reforma da DEAN? Esse Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Muito bem representado por Vossa Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAID – R\$ 400 mil, o total o ano passado para... Falar, mais de um milhão, quase dois milhões de reais para a Segurança Pública e estamos discutindo Fundo. O Senhor Ivo Narciso Cassol destruiu a Lei do Fundo da Polícia Militar. É por isso que eu quero pedir vista, que é o momento oportuno para a gente discutir o anexo da Lei que trata da...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Então, eu quero que o senhor defira.

O SR. LAERTE GOMES – O nosso Governador Confúcio Moura, Deputado Jesuíno, pagou as suas emendas e Vossa Excelência pôde atender, pôde atender muito bem, como sempre, a Polícia Militar. Inclusive, até estive, em Ji-Paraná, numa solenidade recentemente, com o Comandante Geral da PM e o trabalho de Vossa Excelência em prol da Polícia Militar, Deputado Jesuíno Boabaid, foi muito elogiado pela dedicação que Vossa Excelência tem tido, não só pela categoria, como também por ajudar na infraestrutura da Polícia Militar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado meu companheiro. Mas aqui ninguém está tratando... Indiscutível a questão do Governador Confúcio em pagar as emendas, até porque são emendas obrigatórias, mas ele está pagando. Agora o que nós estamos discutindo é a situação de um Fundo que não tem recurso para a Polícia Militar e que agora está aprovando mais uma matéria só para fazer uma Lei e não aplicar.

O SR. LAERTE GOMES – Mas não está criando Fundo. Já tem a Lei, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim, tem a Lei, mas não existe, não tem dinheiro. Então, por isso que eu quero pedir vista. Depois a gente discute. Calma meu líder, são sete dias, a gente vai discutir, não sei por que dessa pressa, calma.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Uma questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Questão de Ordem. Eu quero mais uma vez, em nome Ex-Governador Ivo Narciso Cassol, registrar e agradecer a presença de um grande amigo dele Edmar, lá de Rolim de Moura.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pediu vista, está concedido. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 128/18 DA MESA DIRETORA. Filia a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia à União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, bem como autoriza o repasse de contribuições a esta entidade de representação de classe.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Da UNALE é? Ah!

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Marcelino, para emitir parecer.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Resolução 128/18 de autoria da Mesa Diretora. "Filia a Assembleia Legislativa do

Estado de Rondônia à União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, bem como autoriza o repasse de contribuições a esta entidade de representação de classe”.

Senhores Deputados, pela legalidade, constitucionalidade do Projeto, o meu parecer é favorável, pelo seguimento da matéria, pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – O Presidente solicita, Deputado Jesuíno, que Vossa Excelência retire o pedido de vista do Projeto, da Mensagem 019.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Deputado Laerte Gomes, é o Presidente que está pedindo? Presidente Maurão? Ele não está não. Toca o barco.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Senhor Deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Para discutir o meu parecer, Senhor Presidente. Senhores Deputados, esse Projeto de Lei que a Mesa Diretora trouxe, está dando direito para que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia contribua com 1,5% dos nossos subsídios para a União Nacional da Assembleia Legislativa de todo o Estado Brasileiro a UNALE. É isso, senhor Presidente, que precisaria esse Projeto ter sido discutido com os demais Deputados, para que nós possamos discutir para nós levarmos ele em pauta e aprovar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas Deputado Marcelino, espera aí, isso aqui não é obrigatório, é uma Associação. A Casa só está dando oportunidade para os Deputados que são filiados à UNALE, permanecerem, seja descontado o aporte financeiro de 1.5%. Exemplo, nós temos diversos Deputados que são filiados à UNALE, quem não é filiado, não é obrigado a filiar, até porque isso é vedado na Constituição Federal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas o Projeto não está dizendo ali não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O que diz aí?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O Projeto não está dizendo para quem é filiado, e é justamente isso que eu quero questionar. Em qualquer organização, ela tem direito, o cidadão tem o direito a ser ou não filiado a ela.

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência conhece bem do assunto, não é?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Exatamente, eu conheço bem e é por isso que o Projeto está generalizando esta Casa. E aí tira a liberdade dos Deputados que não são filiados e não querem filiar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, mas espera aí. Por isso que a gente tem que explicar aqui, vamos discutir.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, enquanto o Deputado Jesuíno olha o Projeto, e a Mensagem nº 20, que foi reti-

rada de pauta, que ‘dispõe sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente’.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos discutir?

O SR. LAERTE GOMES – Não, a gente poderia retornar a pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É que está na pauta esse aqui.

O SR. LAERTE GOMES – Não, a gente poderia retornar à pauta. É só uma mudança, não tem despesa, não tem nada Senhor Presidente. É só uma atualização da Lei para se adequar à Lei maior.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não pode se filiar instituição à outra, não existe.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Calma, Deputado Lazinho, é outra situação, é outra questão. Presidente Maurão, isso aqui, o Deputado Lazinho está confundido. Vamos lá ver o artigo 2º: enquanto perdurar a filiação a que se refere o artigo 1º, fica a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia autorizada a transferir à UNALE mensalmente o montante de 1.5, que é 1,5% sobre o valor alcançado pela soma do subsídio de todos os deputados, parlamentares do Poder Legislativo, repasse que fará a título de contribuição ordinária destinada a custeio, à manutenção da UNALE.

Essa questão, a UNALE presta assessoria jurídica, exemplo, à Assembleia Legislativa que precisar de uma intervenção por parte dos advogados, a UNALE presta assessoria. Presta assessoria legislativa nas matérias que estão tramitando no Congresso. Então isso é para manter a filiação da Assembleia a Instituição UNALE. Eu não estou entendendo...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não existe...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Como não existe, deputado Lazinho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Você não filia uma Instituição à outra, você filia membros, não uma Instituição à outra. Refaz o projeto, que isso está errado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso já vem há vários anos, Deputado Lazinho. Isso aqui já ocorre, a cada ano a gente renova. Isso aí não existe nenhuma...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está errado o projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Como? É o Poder Legislativo, Deputado Lazinho...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Deputado Jesuíno, só que isso deveria ser em consenso com todos os Deputados. Quantos de nós poderíamos fazer isso, por que está se determinando aquilo que você ainda não se consentiu.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Se cabe vista eu quero pedir vista do projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Como assim?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Deputado, nós podemos contribuir, quem for filiado a UNALE pode contribuir com 'x', se é cem reais, duzentos reais ou 1,5% ou 1%, é isso que não foi discutido o percentual. O percentual vem sem discussão com os demais Deputados.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, mas isso é para todas as Assembleias. Primeiro a gente tem que entender o que é que é a UNALE...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, eu peço vista do projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Aí sim.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está concedido.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 240/18 DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO E ALEX REDANO. Suspende a execução da Instrução Normativa nº. 2, de 9 de agosto de 2017, que "Estabelece regras para aprovação das áreas de Reserva Legal no âmbito do Estado de Rondônia".

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Maurão e Deputado Alex, só fazendo uma correção. Gente, esse aqui é o projeto nós estamos mudando aqui uma Resolução, na verdade é uma Instrução Normativa, nós estamos, é que não está seguindo a regra federal, e nós estamos pedindo aqui para tirar... É uma..., da SEDAM, deputado Jesuino quer um minutinho? Está desconforme com a Lei federal. Isso aí só prejudica, Deputado Lazineho, Vossa Excelência que é lá do movimento produtor, do pequeno agricultor, que é da Comissão de Agricultura, isso aqui só prejudica o pequeno agricultor. Onde o produtor tem a sua propriedade de um módulo até dois módulos; de um módulo, 10% eles querem que preserve, e de dois módulos 20%. Então isso aqui só vem...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Essa lei nós já votamos aqui, manda procurar na Casa. Essa lei já foi votada lá em 2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois é, e eles criaram aqui uma Normativa passando por cima da lei federal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, não. Está havendo um mal-entendido. Esse projeto, veja bem, Vossa Excelência lembra muito bem que nós fomos cobrados pelos produtores, grandes e pequenos, com relação à sobreposição de áreas, sobreposição de áreas. E aí nós votamos uma lei aqui revogando essa lei que tinha na SEDAM, então essa lei não existe mais.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Claro que existe, ela é recém-criada de novo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Os 10% é em cima do que nós reconhecemos do...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ela já existe agora, criada agora há poucos dias.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, pela Ordem?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, isso é uma lei ou uma Resolução que foi criada, Sr. Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É uma Resolução.

O SR. CLEITON ROQUE – É uma Instrução Normativa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É uma Resolução, então retira de pauta, por favor. Retira de pauta esse projeto que eu quero dar uma olhada nela. Porque nós aprovamos uma lei dizendo da sobreposição de área já.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então o senhor pede vista, eu vou por aqui, aí o senhor pede vista.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Então, está bem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Jesuino Boabaid que possa relatar a matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente trata-se de Projeto Decreto Legislativo 240/18, de autoria dos Deputados Maurão de Carvalho e Alex Redano que "Suspende a execução da Instrução Normativa nº. 2, de 9 de agosto de 2017, que 'Estabelece regras para aprovação das áreas de Reserva legal no âmbito do Estado de Rondônia, e dá outras providências'"

Ele diz que fica suspensa nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual a execução da Instrução Normativa 2, de 9 de agosto de 2017 que "Estabelece regras para aprovação das áreas de Reserva Legal no âmbito do Estado de Rondônia", e dá outras providências'. Eu não vejo nenhuma inconstitucionalidade, até porque isso vai trazer um benefício para o próprio rito de expedição de documentos para os que trabalham, que necessitam dessa documentação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, o senhor tem que ver direitinho lá, Deputado Jean, o senhor é da Comissão de Meio Ambiente pode ver lá que até 1 módulo, 2 módulos não têm que recuperar nada.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Pelo Código Florestal, Deputado Lazineho, não tem essa exigência. Então é para que seja legislado pelo Código Florestal e pelo Código Florestal é só as APPs.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Posso dar o parecer? Eu tenho que dar o parecer e vocês discutem, pelo amor de Deus.

Diante do exposto, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes para o seguimento da matéria a plenário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Peço vista do projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Lazineho pede vista, concedido ao Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Vou pedir vista também.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Junto com o Deputado Jean, então, pronto, pedimos juntos.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Até para a gente tirar a dúvida, Presidente. Vossa Excelência está trazendo aqui um tema...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu não tenho como pedir vista para dois, eu concedi ao Deputado Lazineho.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, não, pode conceder para 30, para 24.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, só quero esclarecer uma coisa, o que eu quero esclarecer? Primeiro...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Depois Vossas Excelências discutem o projeto...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, tudo bem, só para clarear porque às vezes não há entendimento até para a gente discutir. Veja bem, o Código Florestal é muito claro com relação à área de Reserva Legal e área de APP. Tinha uma lei no Estado cumulando as duas, sobrepondo áreas, 10 reserva legal, 10 de APP, tipo assim. Nós aprovamos, em 2015, a lei tirando isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Se já tivesse a lei não precisava de Resolução. A Resolução...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A Resolução eles estão atropelando a lei estadual. Eles não podem criar uma Resolução porque a gerência sobre as reservas no Estado é do Estado. Eles não podem pegar um artigo, a Resolução não tem validade nenhuma porque eles estão descumprindo uma legislação estadual.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eles estão executando em cima de uma Resolução dela e está sendo derrubado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, está errado, está errado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa, nos termos do Parágrafo Único do artigo 199 do Regimento Interno seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do projeto PEC 037/17, Projeto de Lei 822/17, Projeto de Lei 857/18.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente. Gostaria que V.Exª colocasse em pauta, estava em pauta e foi retirado, o Projeto do Executivo, Mensagem 020, Projeto de Lei

Complementar 196/2018, que trata, Sr. Presidente, sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – FUNEDCA, e revoga Lei Complementar.

Isso aqui é importante votar, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Secretários de Ação Social que permite os conselhos municipais fazerem convênios com entidades para poder ter convênios na área social.

Então era importante, Sr. Presidente, colocar em pauta, já estava em pauta e foi retirado.

O SR. AIRTON GURGACZ – Sr. Presidente, esse projeto da criança e do adolescente, eu gostaria que passasse pelas Comissões, porque está sem parecer das Comissões, e eu gostaria que passasse pelas Comissões, que eu sou Presidente da Comissão da Defesa da Criança, da Mulher, do Adolescente e do Idoso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Defiro o pedido do Deputado Airton Gurgacz.

O SR. LAERTE GOMES – Só solicitar do nobre Deputado, que é o Presidente da Comissão e tenho certeza que ele tem preocupação com este tema, que é um tema importante, Deputado Airton, é que fosse votado o mais breve possível porque hoje os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente estão impedidos de fazer convênios, tipo a Petrobras, essas empresas, devido à legislação, a lei que mudou, então só está adequando. Se quiser dar uma olhadinha, é importante isso. Isso aqui foi aprovado por unanimidade pelos Secretários de Ação Social no último conselho. É só para atualizar a legislação para os Conselhos Municipais estarem aptos a firmarem convênio com as entidades. Então não tem nada de mudança, eu acho que isso só ajuda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Airton, chegou num consenso aí ou vai esperar ir à sua Comissão? Vai autorizar? Então o Deputado Airton autoriza o projeto.

O SR. JESUÍNO BOBAID – Eu queria só, Deputado Laerte, é vitalício esse convênio? O Fundo terá vigência independente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vou pedir ao Deputado Jesuíno que deixe o Deputado Airton emitir o parecer pelas Comissões, como ele é o... O Deputado Airton não pode porque ele não é da Comissão. Deputado Laerte para emitir o parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Eu vou dar o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça. Sr. Presidente, trata-se de matéria de autoria do Poder Executivo, Mensagem 020, Projeto de Lei Complementar 196/2018, este projeto trata-se de uma matéria que está se adequando ao dispositivo contido na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto Estadual nº 20431, de 29 de novembro de 2016, que regulamenta as novas formas de parcerias entre Estados e organizações da sociedade civil. Se faz necessária a autorização da legislação estadual referente ao FUNEDCA, visto que a Lei Complementar nº 667, de 05 de junho de 2012, não acompanha as novas regras legais referentes a bens permanentes, trazendo assim um prejuízo para a Infância e Adolescência de Rondônia, razão pela

qual revoga-se também a citada norma. Desta forma, nosso Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, do Deputado Airton, a presente propositura visa acelerar o processo de organização social na esfera Estadual e Municipal para efetivação das ações dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do projeto financiado pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o FUNEDCA. Ademais é importante destacar que a matéria foi apresentada pelo SEAS ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual foi aprovada por unanimidade na Reunião Ordinária nº292, realizada, no dia 02 de abril de 2012.

Isso aqui para que os Conselhos Municipais, Deputado Airton, possam ter acesso ao Fundo Estadual, para fazer os programas, tem que fazer esta readequação na Lei. Então é importante que os Conselhos agora, feita esta aprovação nossa, vão poder ter acesso ao Fundo da Criança e Adolescente.

Então o nosso Parecer, senhor Presidente, é de Parecer favorável pela constitucionalidade, legalidade e pelas Comissões Pertinentes, incluindo a da Criança e do Adolescente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão e votação o parecer favorável do Deputado Laerte Gomes. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar Nº196/18. Votação nominal. O Painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- abst.
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 15 votos ‘sim’, 01 voto ‘não’ está aprovado em primeira votação. Vai à segunda discussão e votação.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Pois não, Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero registrar aqui a presença do Vereador Júnior Barbosa, do Município de Vale do Paraíso do nosso partido PRP; e também seu irmão Naldo Barbosa, que agora é o novo Presidente da Associação dos Criadores do Vale do Paraíso, ASCRIVALE. E também quero registrar a presença da Vereadora lá do Município de Urupá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa Diretora, nos termos do Parágrafo Único do artigo nº 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação a PEC 037, o PL 822, o PL 857, o PLC196.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, então deixa eu terminar de cumprimentar os Vereadores e a Vereadora Enesia, do município de Urupá; e também o nosso companheiro e amigo lá do DER, Edmar. Edmar, aquela menção lá do Deputado Lebrão foi para Vossa Excelência? Não sabe. Um abraço para Vossas Excelências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em votação os Requerimentos do Deputado Lebrão, dispensa de interstício. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Senhor Presidente, está encerrada a Ordem do Dia, não há mais matérias.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Liderança. Não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente Maurão, tem sim, tem orador inscrito aí.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vossa Excelência não quer abrir mão não?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Aqui esvazia, todo mundo vai embora, aí fica essa bagunça agora, aí é... Todo mundo abre mão, então?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deixa-me ver aqui. Vamos jogar para a Extraordinária, a gente já vota em segunda. Só têm três.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerra a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciar em segunda discussão e votação as matérias a serem aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 19 minutos)

10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 21 de Março de 2018

Presidência dos Srs.

CLEITON ROQUE - Deputado
EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice - Presidente
JESUÍNO BOABAID - Deputado
LÉO MORAES - Deputado

Secretariados pelo Sr.

JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 09 horas e 18 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Anderson do Singeperon (PV), Ezequiel Júnior (PSDC), Jesuíno Boabaid (PMN), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Geraldo da Rondônia (PHS), Herminio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 10ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Proceda a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

(Às 9 horas e 19 minutos o Sr. Cleiton Roque passa a Presidência ao Sr. Ezequiel Junior).

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado Deputado Jesuíno que nos secretaria neste momento, obrigado pela paciência aí diante das conversas paralelas em alto tom aqui no plenário.

Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Eu quero neste momento suspender a Sessão, pediram para suspender a Sessão, mas, nós vamos fazer o seguinte, primeiro vamos à leitura do expediente, em seguida a gente suspende para tratar de alguns assuntos interessantes, importantes ali atrás.

Nesse momento eu solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Proceda a leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 206/2018 – Tribunal de Justiça do Estado, solicitando informações sobre o processo legislativo da Lei Complementar 767/2014, objeto da ADIN nº 0801249-71.2017.8.22.0000.

02 - Ofício nº 207/2018 – Tribunal de Justiça do Estado, solicitando informações sobre o processo legislativo da Lei nº 4.225/2017, objeto da ADIN nº 0800644-91.2018.8.22.0000.

03 – Ofício nº 048/2018 – Câmara Municipal de Guajará-Mirim, encaminhando para conhecimento cópia do Requerimento nº 082/2018.

04 – Ofício nº 2516/2018 – SESAU, encaminhando informações sobre os atendimentos do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo Segundo – HEPSPHII.

05 – Ofício nº 3320/2018 – SEDUC, informando da impossibilidade de comparecimento na Sessão Solene de entrega de Voto de Louvor nessa Casa de Leis.

06 – Ofício s/n/2018 – IML, encaminhando relatório com informações quanto a situação do Instituto Médico Legal de Porto Velho.

07 – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia- Maurão de Carvalho. Eu, Ezequiel Junior dos Santos Costa, Deputado Estadual, ao tempo que cumprimento Vossa Excelência, com espeque no inciso II do art. 76 do Regimento Interno desta Casa de Leis e inciso II do Art. 35 da Constituição Estadual, venho requerer a concessão de Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, em razão de me encontrar acometido por Cervicobraquialgia Direita (C.I.D:M51), conforme Laudo Médico em anexo, devendo me afastar pelo período de 30 (trinta) dias das atividades de Parlamentar, conforme Atestado Médico, também, em anexo. Desta feita, requeiro que este requerimento seja lido na primeira Sessão após o seu recebimento. Cumpre lembrá-lo que o prazo da licença perquirida é inferior a 120 (cento e vinte) dias; razão pela qual não é o caso de convocação de suplente. Porto Velho/RO, 21 de março de 2018. Termos em que pede concessão e leitura em primeira sessão. Porto Velho, 21 de março de 2018. Ezequiel Junior – Deputado Estadual – PRB.

Lido o expediente recebido, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Nesse momento eu suspendo a Sessão por tempo indeterminado.

(Suspende-se a Sessão às 9 horas e 36 minutos, e reabre-se às 10 horas e 29 minutos).

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Senhores e Senhoras Parlamentares nesse momento transformo essa Sessão Ordinária em Comissão geral nos termos do inciso V do Artigo 135 do Regimento Interno para realizarmos nova sabinina com os candidatos da 7ª, 8ª e 9ª posição conforme resultado da fase de arguição pública para composição dos membros do mecanismo estadual de Prevenção e Combate à Tortura com previsão na Lei 3.262/2013.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) –

Transformada em Comissão Geral nós convidamos aqui ao plenário o Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo, Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Sra. Débora Almeida, Secretária do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Sr. Adilson Oliveira Silva, Membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB; e por determinação de Sua Excelência Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, nós convidamos aqui também os senhores proponentes para participarem do Comitê o advogado Douglas Borges de Araújo, Cássia Leite Serejo, e Maria Sônia Dantas Coelho Alves. São membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania os Exm^{os} Srs. Deputados: Léio Moraes, Presidente; Jesuíno Boabaid, Vice-Presidente; Saulo Moreira, Lebrão, Airton Gurgacz, são membros; e os Exm^{os} Srs. Deputados Alex Redano, 1º Suplente; Aécio da TV, 2º Suplente.

Por determinação de S. Ex^a Sr. Deputado Jesuíno Boabaid nós vamos ler o breve currículo de cada candidato ao cargo.

“Douglas Borges de Araújo, advogado, sua formação Faculdade FARO, em 2012.2. Pós-graduando em Direito Eleitoral da Instituição Damásio de Jesus. Advogado inscrito nos quadros da OAB-RO. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RO. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-RO.

Suas experiências profissionais: auxiliar de loja, estagiário de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Estágio de Direito do Ministério Público do Estado de Rondônia. Promotora da Infância e Juventude. Promotora do Tribunal do Júri e Promotora da Família. Servidor público do município de Porto Velho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Curso preparatório para exame da OAB 1ª fase. Curso preparatório do exame da OAB 2ª fase. Cursos diversos, dentre eles Carreira Jurídica Específica; Carreira Jurídica Específica - Auditor Fiscal da Receita Federal; Defensoria Pública em Minas Gerais; curso de atualização do novo CPC. Exerceu já a função de Assessor do Setor de Controle de Tomada de Contas Especial lotado na Secretaria de Estado da Educação.

A Senhora Cássia Leite Serejo, breve currículo da também proponente, tem várias declarações para que ela também pudesse participar deste evento aqui de debates. O nome da candidata Cássia Leite Serejo, nasceu em 74, brasileira, naturalidade São Paulo. Estas são as informações da Sra. Cássia Serejo: professora, desenvolve atividades de prevenção e cuidados a crianças, adolescentes e idosos, já atuou como coordenadora de projetos e ações a fim de garantir assistências ao menor abandonado e idosos que sofriam maus tratos e situações de perigo, ela anseia contribuir com projetos e ações voltadas para o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Estado de Rondônia.

Temos também a terceira candidata que é a senhora Maria Sônia Dantas Coelho Alves, busca uma vaga e efetivação para dar suas contribuições no que for destinado a realizar e destaca características profissionais, como dedicação profissional, dentre outras que assim o comitê exigir.

Deputado, eram estas as principais informações dos candidatos ao cargo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Em primeiro lugar cumprimentar a todos. Considerando a ausência do Presidente da Comissão de Direitos Humanos Deputado Léio Moraes, por questões de agenda, nós iremos conduzir a devida sabati-

na, a qual eu sou vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Eu irei iniciar pelo advogado Dr. Douglas Borges de Araújo. O senhor pode escolher o local.

Registrar a presença do Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo, Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; a Sra. Débora Almeida, Secretária do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Dr. Adilson Oliveira Silva, membro da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da OAB; está presente também o Deputado Airton Gurgacz, e demais pessoas que se encontram na galeria e os internautas que estão agora neste exato momento acompanhando através do facebook e youtube a transmissão.

Nós temos algumas perguntas aqui, perguntas que foram encaminhadas pelo próprio membro deste Comitê. Primeira pergunta Dr. Douglas. O Sr. é funcionário Público? De carreira?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Primeiramente eu cumprimento Vossas Excelências. E eu não sou funcionário público de carreira, pedi exoneração em 2014, e a minha profissão é Advogado eu tenho próprio escritório, a minha função é autônoma, não tenho remuneração nem do Estado, nem do Município e nem da União.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Mas foi lido que o senhor era funcionário da Prefeitura no seu currículo.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Fui. Pedi exoneração.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O Senhor já não faz mais parte do quadro da Prefeitura de Porto Velho. É isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Correto.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Qual o motivo que lhe levou a querer ser um Membro do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Por eu já desde 2016 atuar na Comissão de Direitos Humanos da OAB do Estado de Rondônia, as funções meio que são interdisciplinares. Na nossa Comissão nós já exercemos essas atividades, de fiscalização, apurando denúncias tanto de agressões quanto tortura em Unidades Penitenciárias. E como eu vi essa interdisciplinaridade, eu quis deixar o meu nome à disposição do Estado do Rondônia. Outro ponto que também chamou a minha atenção, quando eu li o Edital, eu vi que na Região Norte este vai ser o primeiro Comitê. Então, me identifiquei com este projeto, quero fazer parte, deixar o meu conhecimento, a minha dedicação. Porque Rondônia está dando um passo muito importante frente a outros Estados da nossa Federação. Então, diante desta situação eu quis deixar o meu nome para honrar o nosso Estado e fazer esse trabalho no combate à tortura que é tão relevante.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Defina para nós aqui, qual é o conceito de tortura na sua essência. Qual o conceito para o senhor a palavra tortura perante nosso Estado Democrático? O que é na sua concepção.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Sempre que nós falamos em tortura já causa uma repulsa. Eu creio que ninguém aqui se identifica ou admira tal prática de tortura porque ela tão repugnante. Ela é tão repugnante que desde a 2ª Guerra Mundial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que se iniciou em todos os Estados internacionais a combater a tortura. E após isso o Brasil não poderia ser diferente também, sendo signatário de Tratados de Direitos Humanos, tanto internacionais quanto da Organização Interamericana de Direitos Humanos o Brasil tem o dever legal de combater a tortura. E o que é que eu entendo por tortura? Aquela prática de um agente não precisa ser de um servidor público. Muitos acham que a tortura só praticada se for um agente...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só interrompo. Eu peço aos dois candidatos. Até porque a gente vai seguir um mesmo rito das demais. Aí retornem à sala anterior porque nós estamos sabatinando e a mesma pergunta pode ser..., desculpa até a questão da condução só para..., aí depois o senhor continua.

Pode continuar.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – O que a nossa Legislação fala primeiramente, depois o meu posicionamento. É aquela prática de um agente, seja servidor público ou não. Qualquer pessoa que causa um sofrimento intenso, seja físico ou mental, tentando extrair de um terceiro uma informação, uma confissão, ou seja, para ter um tipo penal da tortura tem que ser neste contexto, não basta ser apenas a agressão, porque aí já vai incidir em outro tipo penal que é do próprio Código Penal que é lesão corporal. Tortura, ela tem este intuito obter uma informação privilegiada, uma confissão da vítima. E no meu ver tal comportamento já não se coaduna mais no nosso estado democrático de direito. Nós temos que efetivar as políticas de Direitos Humanos, não é proteger o agente criminal, ou não, mas, sim resguardar as condições mínimas, a sua integridade física e que aquele que está sendo investigado ou foi flagrantado em um determinado momento que ele responda a um devido processo legal, sem que seja haja uma tortura. Até porque a prova que for extraída desta tortura, ela é ilícita. Então às vezes um policial civil, militar um delegado, investigador, ele acha que fazendo aquela tortura, extraindo a informação, ele está contribuindo para a investigação penal. Mas, essa prova ilícita, ela vai ser extraída dos autos, ou seja, o agente apenas atrapalhou a investigação penal, isso também tem que ser levado à atenção. Além dele está violando os Direitos Humanos desta vítima, torturando, ele ainda está atrapalhando todo o devido Processo Penal legal. Então é isso que eu entendo como tortura e as suas consequências.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O seu conceito para o senhor é isso também?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – É isso, Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Correto. Na sua concepção hoje o sistema carcerário, o sistema prisional falido, o que é que vai influenciar o Comitê de Tortura para melhorar a questão, as garantias constitucionais, seja dos presos, seus familiares, para os servidores. O que o Comitê pode trazer de algum benefício na sua concepção.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Lendo as prerrogativas deste Comitê, nós temos a obrigação, quem for nomeado

para tal função de fiscalizar de maneira rotineira as unidades penitenciárias, os centros de internação. Então esse comitê vai ter a obrigação de confeccionar relatórios mensais reportando a Assembleia Legislativa, ao Ministério Público, Defensoria, é um trabalho continuado de fiscalização e orientação. Então, nós não podemos relaxar e achar que fazendo reuniões e mesas redondas, a gente vai contribuir para o Estado de Rondônia. Tem que ter ciclos de palestras, fiscalizações, orientações nas nossas unidades penais, nas Casas de internações de adolescentes, em alas psiquiátricas, tem que ser um trabalho continuado. Não adianta mesa redonda como já disse que disso o nosso Estado já está cheio, tem que realmente arregaçar as mangas, comprar esta briga e fazer uma fiscalização e educação intensa. Eu penso que dessa maneira, sem sombra de dúvida, esse comitê vai contribuir bastante para erradicar a tortura no Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas, eu queria, assim, na minha concepção, educação, saúde, mas, eu vou ser mais pontual: a educação, o sistema; vamos falar da nossa Legislação Penal, execução penal, falida. O quê o comitê de tortura pode trazer de melhorias ou qualquer questão na sua concepção para o nosso Estado de Rondônia?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Como o senhor falou, a nossa política de execução penal por mais que sejam leis que tenham um bom propósito, quando chega à sua efetivação muitas vezes pecam. E eu entendo que o nosso comitê não pode atuar sozinho, até porque há uma interdisciplinaridade, o comitê deve atuar junto do Poder Judiciário, junto do Ministério Público, realmente sozinho o comitê vai ficar com forças fracas. Ele tem que reunir forças com a Assembleia Legislativa, que aqui também tem uma Comissão de Direitos Humanos, com o Ministério Público. E o trabalho é: educar os nossos agentes, educar os servidores e a fiscalização tem que existir como estou enfatizando. Fiscalização e educação eu acho que é o ponto chave que o mecanismo pode contribuir para a execução penal.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com base na Legislação do Estado de Rondônia, cite algumas competências do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Tem um rol, bastante intenso. Dentre esses como estou enfatizando é o de fiscalizar, apurar denúncia nas Unidades Penitenciárias, Casa de internação dos adolescentes. A confecção é obrigatória de relatório, mensalmente o membro tem que prestar contas dos seus relatórios e de suas atividades. Também uma das competências a se dirigir, solicitando apoio policial, quando necessário for, à determinada apuração, tanto da Polícia Civil quanto Militar. Também é uma das competências é solicitar o reforço de um perito, um profissional habilitado para apurar essa situação, e o principal é a transparência de seus relatórios, ele tem que comprovar o seu trabalho.

Outro ponto também, tanto das competências quanto da prerrogativa do membro é que em determinada situação o membro pode adentrar numa unidade penitenciária, se entrevistar com a vítima, com determinados envolvidos. Até o uso audiovisual, filmagem, pelas prerrogativas é permitida ao membro tal uso visando trazer a verdade real dos fatos. Então é um rol extenso. Mas, eu entendo que os pontos principais que dão uma robustez para o membro exercer o seu trabalho, são esses pontos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Na sua concepção, o comitê sendo pago pelo Estado, tendo a formatação, Projeto de Lei do Estado, vocês entendem que terão condições de agir de forma imparcial, inclusive, contra o próprio Estado? Essa Lei, exemplo: essa Lei foi encaminhada pelo Executivo, o Comitê irá receber, vamos falar, uma ajuda de custo, um valor, os senhores terão condições de fiscalizar com rigor o sistema prisional, qual a sua visão sobre isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – É o nosso dever legal e moral não agirmos com parcialidade, favorecendo determinada Secretaria ou determinada unidade penitenciária. Tanto que o Comitê já prevê que uma função de dedicação exclusiva, aqueles que porventura forem nomeados, terão que se apartar por completo de suas funções, sejam estatais ou municipais, exatamente para não ter esse vínculo, essas raízes que vez ou outra pode levar a uma parcialidade. De minha parte não tenho vínculo, a minha atuação será forte e imparcial. Tudo na transparência, confecções de relatórios como tem que ser.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O senhor se acha, inclusive na última sabatina eu me posicionei contrário a advogado estar nesse Comitê, porque advogado tem total acesso aos presídios, tem total acesso as informações, mas, é uma questão minha, é uma questão minha, foi o meu entendimento. Na sua concepção o senhor vai, na sua concepção não, eu vou fazer uma pergunta direta: o senhor vai continuar na advocacia, exercendo a advocacia? E se continuar, quais áreas irá atuar? E o senhor também não vê nenhum problema da advocacia estar presente sobre isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Essa foi uma questão que eu conversei até com o nosso Presidente, li bastante o Edital e chegamos à conclusão que tem que ter o afastamento, exatamente visando essa lisura. Então, o meu compromisso, sendo nomeado, terei que me afastar das minhas funções da OAB, inclusive, da Comissão de Direitos Humanos, que eu faço parte, haja vista que eu vou incorporar uma nova função que também está entrelaçada com os Direitos Humanos, não vai estar tão desassociada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então o senhor vai se afastar da advocacia, é isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O senhor não vai mais exercer advocacia, vai ficar, é essa...

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Para essa missão tem que ser dedicação exclusiva, Deputado, é o meu entender.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Porque a lei diz... Vamos para outra pergunta. Já fiz praticamente todas as perguntas, eu me dou por satisfeito. Eu vejo que as perguntas foram informadas, o senhor tem qualificação, mas só fica aqui, o senhor entrou na Advocacia em que ano?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – 2013.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – 2013. E exerceu funções dessa natureza na área de militância dos Direitos Humanos por qual período?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – De 2016 até a presente data.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Até 2018, na Comissão de Direitos Humanos da OAB?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas por último, a tortura pode ser de algumas formas, não é? O preso, o recluso, o acusado que fica sob a guarda de policiais ou sob a guarda de Justiça, na sua concepção à tortura psicológica, como é que o senhor avalia essa questão da tortura psicológica perante o Comitê, como vai ser feito isso? Porque eu fico muito preocupado hoje, nas audiências de custódia, que estão ocorrendo no Brasil, por conta de que nós somos signatários de um Tratado Internacional dos Direitos Humanos, que o Judiciário e o Ministério Público fazem só as perguntas, tem até um vídeo vinculando da Justiça do Rio Grande do Sul, que eu fiquei praticamente olhando assim, é um absurdo. Mas assim, o Comitê vai ter zelo e analisar isso, porque é muito fácil eu chegar e falar que fui torturado e depois o Comitê, porque aqui, inclusive, tem um dispositivo que diz que indícios já têm que apurar. Vocês vão encaminhar um mero indício. O senhor acha que o Comitê não pode causar um maior fluxo de processo, maior demanda para o Judiciário, analisando? Qual vai ser essa tratativa, na sua concepção, quanto ao crime de tortura, em especial à tortura psicológica?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Deputado, quando é a tortura física é menos difícil a sua percepção, não é? Um laudo de lesão corporal de um perito, ele consegue constatar. Já a psicológica, a mental é aquela que vai num liame muito subjetivo da vítima. O que é que acontece? Conversando com o nosso Presidente, esses membros terão um curso de Capacitação tanto no Estado, salvo engano, em Brasília com o Comitê Nacional, ocasião em que serão trocadas experiências e seremos capacitados. E essa questão da tortura mental é muito delicada porque algumas vezes só está o agente, que pode ser um policial e a vítima. Então é muito delicado a gente apurar a questão da tortura mental quando ela não está aliada com outros elementos de prova, falando tecnicamente. Mas, isso a gente não pode subestimar a tortura mental. Muitas vezes ela gera consequências tão graves quanto à física. Então eu penso que tem que ter uma delicadeza para não banalizar o que é tortura e o que é lesão corporal. Ambas andam numa certa linha, mas, há uma diferença. Então eu não acho que esse Comitê vai atolar o Judiciário, mas tão somente apurar aquilo que muitas vezes está oculto, que está omissivo, aqueles que não têm o amparo da sociedade talvez nós consigamos chegar até esse. Então não acho que vai haver um atolamento do Judiciário, Deputado, não acho.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Maurão de Carvalho, Presidente deste Poder Legislativo. Já chegou aqui também no plenário, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Léo Moraes, que irá conduzir os trabalhos.

Essa pergunta é importante até para a gente ter ciência qual é o seu posicionamento. Então haverá um curso de capacitação. E para finalizar, qual é o seu conceito, a sua concepção das famílias que são torturadas, que são vítimas dos meliantes, que são de forma, violentadas, o que é que o senhor pode falar que o Comitê, na sua concepção pode trazer

de algum benefício, alguma questão de ordem para essas famílias. O senhor entende que o Comitê pode também trazer algum benefício para essas famílias que são torturadas, que são violentadas, que sofrem com ataque desses meliantes? Qual a sua concepção?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO – Existe sim a possibilidade. Como eu falei para o senhor, a tortura não obrigatoriamente ela tem que ser praticada por agentes públicos, qualquer cidadão, qualquer pessoa pode ser o agente ativo da tortura e muitas vezes ele não escolhe classe, classe social, tanto que os números alarmantes de agressão, de violências sexuais continuam.

Eu penso que a atuação do Comitê, ela não vai ser assim, um foco completo nessa área das agressões pessoais que sofrem nas residências, haja vista, que para esses institutos já existe a Lei Maria da Penha, no caso de violência doméstica, os crimes já estão taxativamente previstos, já existem delegacias aptas a apurar determinados crimes que acontecem em residências. Então, eu penso da seguinte maneira Deputado, não vai ser de maneira veemente o combate do Comitê nesse sentido, mas, há possibilidade de deixar sua contribuição sim, no caso, das violências domésticas também, como o senhor relatou.

E tem outro ponto também Deputado, nessa questão das violências, que o intuito não é a proteção absurda daquele que está em regime carcerário, tanto é que esta Casa, salvo engano, em 2015, aprovou uma Lei que é um auxílio para vítimas de violência grave de tortura, ou seja, já é um passo também para minimizar um pouco a dor dessas vítimas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deputado Léo Moraes, alguma pergunta?

O Deputado Geraldo estava aqui. Eu me dou por satisfeito, parabênzulo a sua postura aqui à frente, dou por entendimento que o senhor está preparado em tese para estar à frente dessa Comissão, tem um conceito, mas, nós iremos nos manifestar em momento posterior. É direito. Então, o senhor está dispensado. Se quiser ficar aqui aguardando.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Agora nós convidamos também para ser sabatinada a Sra. Cássia Leite Serejo, que é candidata também dentro do Processo Seletivo para Composição do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

(Às 11 horas e 03 minutos o Sr. Jesuíno Boabaid passa a Presidência ao Sr. Léo Moraes)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bom dia! Bom dia Cássia.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Bom dia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Fique à vontade, seja bem-vinda a Assembleia Legislativa.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós compomos a Comissão de Segurança Pública e de Direitos Humanos assim como de Segurança Pública e outras Comissões temáticas, essa é uma Comissão Geral, onde existe previsão legal para que se apresente durante a nossa Sessão Ordinária para que possa apresentar não somente o currículo, mas também fazer expo-

sições de ideias e motivos que a credenciam para fazer parte do Comitê. É um dispositivo importante, uma ferramenta de inclusão e aperfeiçoamento da democracia, e, a gente respeita, é um Projeto advindo do Poder Executivo e nós gostaríamos de saber, que você fizesse um breve relato da sua trajetória, o que te credencia a fazer parte do Comitê, o que te interessa nesse tipo de tema e qual experiência exatamente vivida já nesse universo, afinal, é hoje mais do que nunca, o motivo é um assunto muito delicado onde existe uma rejeição natural ao passo que também existe até mesmo o risco de segurança e a integridade física das pessoas que são integrantes de Comitê dessa natureza.

Portanto, fique à vontade pelo tempo de cinco minutos que faça essa apresentação inicial.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Meu nome é Cássia, eu sou professora, eu trabalhei no Município de Monte Negro durante 13 anos, hoje estou afastada, não estou atuando, vim para Porto Velho. Durante oito anos eu trabalhei com o Grupo de Idosos de Monte Negro, eu criei o Grupo de Idosos de Monte Negro e lá nós acompanhávamos toda a questão das atividades que eram realizadas com eles, as denúncias que eram feitas de maus tratos com idosos. Fazíamos também visita porque tínhamos idosos que estavam em Ariquemes, nos abrigos em Ariquemes e também das crianças, crianças também que estavam, que ficavam aos cuidados do município.

O que me levou a querer participar? Por eu ter na minha área de Educação, ser educadora e até acompanhado durante esses 08 anos o trabalho no CRAS, todo o pessoal lá. Então, assim é uma área que começou me chamar muita atenção e eu comecei a me especializar, tanto que eu sou especialista em Gestão de Saúde do Idoso, onde eu acompanhava tudo que tinha de idoso no município, eu fazia questão de acompanhar. O que me levou a trazer? Hoje a gente tem visto, está lá público, para todo mundo, os maus tratos, a decadência que há nos presídios, em hospitais e foi uma das coisas que veio a me chamar atenção, porque não a gente tentar mudar isso, fazer alguma coisa que possa estar mudando, elaborando projetos, que mesmo que eles estejam ali, estão cumprindo a sua pena, fizeram coisas erradas; mas, todo mundo merece uma segunda chance. Então, o que mais me chamou atenção e o que me levou a querer, é isso. Quando eu dei aula na Academia dos Agentes Penitenciários, nessa última turma que teve, eu conversava muito com os meus alunos e eles comentavam a respeito, como eram tratados lá dentro, o que faltava para eles. Então, assim, eu creio que uma pessoa sozinha não vai conseguir fazer muita coisa; mas, a partir do momento que é um grupo grande, então a gente possa estar mudando um pouco esta visão.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A senhora então é professora?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Sou professora.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - E a experiência que teve foi lecionando para concurso dos agentes penitenciários, a formação...

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Também. Isso. Eu vim atuando, fiscalizando os idosos, trabalhando com eles, para crianças e adolescentes também do município de Monte Negro.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Do Município de Monte Negro?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E você tem uma experiência, uma vivência maior, atinente a causa dos Direitos Humanos, ao tema específico do Combate à Tortura; você dentro da literatura, até mesmo dentro do universo acadêmico, alguma coisa nesse sentido?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – É o que a gente vai aprendendo no nosso dia a dia com o trabalho; experiência, assim, a gente aprende mais no nosso dia a dia convivendo do que a questão só de teoria e teorias. Porque a gente sabe que a prática e a teoria, precisam caminhar juntas. Mas, se eu tenho só a teoria, eu não vou conseguir ter uma boa prática. Então, a partir do momento que a gente tem uma vivência ali com o que está acontecendo, fica mais fácil a gente entender os problemas, as causas do que podem está acontecendo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Entendido. Cada vez mais patente o nível de intolerância que impera na sociedade, até por conta de tantos maus tratos e abusos e violência contra as pessoas que estão tão somente circulando a fim de trabalhar, de alimentar os seus entes queridos. Você acredita, afinal nós não temos leis, nós não temos prisão perpétua e nem pena de morte, isto é, as pessoas, elas irão ser reinseridas na sociedade; aí a discussão é: com qual qualidade, com qual nível de ressocialização e que o coloque em condições de aptidão a transitar.

Você acredita que o sistema prisional atual, ele ressocializa? Se não, qual deveria ser o comportamento e as medidas a serem adotadas para melhorar esta qualidade do serviço do reingresso dessas pessoas?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Eu acredito sim. Eu como professora, a gente tem sempre que acreditar que vá mudar; que vão conseguir. Porque a partir do momento, hoje eu acho que o sistema é falho, a gente vê a questão, eles ficam..., as celas não são, são superlotadas, falta a questão de educação, saúde, psicólogos, até psiquiatras que possam estar fazendo o acompanhamento com eles, o que fazer para que eles possam está inserido futuramente no mercado de trabalho. Então, eu acredito que hoje em dia, está tão fácil para as pessoas estudarem, as pessoas terem uma profissão, tantos cursos, eles não podem..., um exemplo, que eles não possam sair de lá. Mas, porque não levar a educação para eles lá dentro? Porque não levar estudo para eles lá dentro? É um meio também deles estarem se ocupando, deles estarem se ocupando também. As faculdades EAD, quantos cursos profissionalizantes; EAD, à distância que nós temos no Brasil inteiro, no mundo inteiro? Então, eu acredito sim que todo mundo tem uma chance, errou, mais tem uma chance de poder se arrepender e querer voltar atrás e através de cursos, através de palestras, cursos profissionalizantes que eles possam estar aprendendo uma profissão e eles estarem ingressando bem mais fácil no mercado de trabalho, porque a gente sabe da dificuldade que é quando eles saem de lá, que eles cumprem a pena deles, de estarem ingressando no mercado de trabalho porque ainda tem uma grande discriminação em cima disso. Então, só de falar: “eu sou um ex-detento”. Então as pessoas já ficam com medo. Então, a partir do momento que ele se especializou, ele estudou, ele conseguiu aprender uma profissão, eu creio que

vai ser muito mais fácil eles ingressarem no mercado de trabalho.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Você conhece a realidade do Sistema Prisional, as condições de trabalho daqueles profissionais, que aqui horrenda, péssima a situação, muitas vezes trabalham em cinco, seis pessoas num plantão para assistir e cuidar de seiscentos apenados, que só traz essa sobrecarga, ao mesmo tempo não está tão longe de ser considerada uma tortura, é uma pressão, coação emocional muito grande para esses profissionais, isso é, eles também estão suscetíveis à legislação, ao amparo de um mecanismo, porque eles sofrem diariamente, é emocionalmente, acabam depois de muito tempo tendo problemas psicológicos, porque não é simples e nem fácil remediar problemas sem condições, sem estrutura, sem armamento, às vezes até sem requalificação. O que você entende a respeito da condição dos trabalhadores no Sistema Prisional no Estado de Rondônia?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Eu sei que a gente está vendo isso, está público para todo mundo, o precário, as dificuldades de trabalho são grandes. Mas, eu entendo assim: a partir do momento que eu prestei um concurso, eu passei, eu tomei posse. Quando saiu o edital, que eu já li o edital, eu já saberia qual seria o meu trabalho e já saberia, mas, não a prática, mas, de repente mais ou menos as dificuldades que eu estaria passando. Então, se eu assumi esse compromisso, sabendo, quando eu assumi o meu contrato de professora, eu sabia o que eu ia ganhar. Então, eu tinha, claro que a gente quer sempre melhorias, mas, a gente tem sempre que tentar procurar fazer o melhor, mesmo que eu sei que lá é outra realidade, digamos, das escolas, tudo; mesmo com muita dificuldade, nós sempre temos que tentar dando o melhor da gente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Clínicas, hospitais, comunidades terapêuticas e afins, você conhece a realidade desses locais que também denotam privação de liberdade, que também acolhem pessoas com privação de liberdade? Existe um tratamento diferenciado nessas instituições, nesses estabelecimentos?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Então, como é eu vou dizer, o meu conhecimento em clínicas não é tão grande porque foram poucos os casos que a gente pode acompanhar em clínicas, mas, a partir do momento que a gente assume esse trabalho, a gente tem que se interagir, tem que procurar os meios para poder desempenhar um bom trabalho.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quais são os afazeres do membro do Comitê?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – A gente vai fazer as fiscalizações, a cada encontro é feito um relatório, a cada visita que é feito um relatório, e se no caso a gente vê que tem alguns maus tratos ou alguma coisa que não está correta, nós notificamos, fazemos uma notificação para a entidade e marcamos um próximo dia para a gente estar voltando, verificando para ver se foram sanados os problemas. Se não foi, aí nós vamos encaminhá-lo para o Ministério Público, isso para as próximas providências a serem tomadas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Chegando ao local de privação de liberdade, o que você faria em primeiro ato, para

que referendasse a importância do Comitê em relação as suas atribuições, o que você faz?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – A primeira coisa que eu devo fazer é me identificar, me apresentar e me identificar às pessoas, porque senão a gente não pode estar entrando e solicitar que fossem acompanhados, que acompanhassem a gente para está sendo realizadas as visitas, fotografando os locais, fazendo relatórios para tentar sanar os problemas e tomar as providências.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Você conhece a Lei?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para, desculpa Deputado Léo. Na mesma ideia do Deputado Léo Moraes, a senhora recebendo, um exemplo, se a senhora fosse convocada ou chancelada pelo Governo, o Governador, a senhora se acha independente suficiente, tendo uma ajuda de custo paga pelo Estado, tendo uma legislação de indicação por parte do Executivo. A senhora tem, a senhora acredita que a senhora tenha essa independência sem haver qualquer interferência por qualquer um que seja, de analisar os presídios, as delegacias, os locais que possam ter esse cometimento de crime?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Sim, porque a partir do momento, a gente vai fazer as visitas, então, é claro que eu teria sim, se eu assumi o compromisso, eu estou assumindo um compromisso perante o Estado, perante o Conselho de realização das visitas meio periódicas, mensais, eu não sei como dizer. E vai ser montado um relatório, que irão ser feitos os relatórios, acompanhando, é o mesmo estilo do que a gente acompanhava os idosos que estavam em locais de privação de liberdade, já era feito esses relatórios e tentando sanar as dificuldades que se enfrenta e que são muitas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A senhora tem conhecimento das leis, das normas em âmbito nacional e também as diretrizes de acordos e convenções internacionais, não é?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Sim.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Especifica na verdade, pese que isso daqui não é prova objetiva, mas, a senhora conhece algumas que são muito importantes, se tiver conhecimento que possa relatar rapidamente.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – O que a gente vê, o que eu tenho lido nesses dias todos, que nenhuma pessoa deve ser privada, ser feito nenhum tipo de tortura, isso pode ser física, psicológicas por policiais, mesmo de torturas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A senhora citou alguma lei específica? A senhora tem algum tratado, alguma lei, alguma norma que especifica essa questão da tortura, a senhora lembra alguma? Que discute as garantias sobre os direitos fundamentais da pessoa, a senhora sabe, pode citar alguma ou não se recorda?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Agora no momento não.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É, mas tem a Declaração dos Direitos Humanos, não é?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente |) – A partir dali amadureceu-se esse tipo de debate. Cássia, Deputado tem mais alguma?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu tenho algumas agora. Nós falamos o mesmo princípio do advogado, eu vou seguir quase o mesmo rito. O que a senhora pode dizer, colaborar ou acrescentar que o Comitê de Tortura pode acrescentar nesse cenário onde vivemos uma falta, ou de zelo por parte dos governantes quanto à educação, quanto à segurança, e quanto à saúde. O que que a senhora pode falar aqui, o que o Comitê vai trazer de benefício para a sociedade? É um ponto. Se a senhora quiser eu vou elencando e a senhora vai respondendo.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Certo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Seja bem sucinta, essa é a primeira.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Referente à educação, nós as pessoas do Comitê, ele pode estar fazendo parcerias com várias entidades; tem o SESC, tem o SENAR, que o SENAR mesmo que seja para atender a área rural, mas, a gente pode estar fazendo parceria com eles onde pode estar levando cursos profissionalizantes para que eles possam estar aprendendo uma profissão. A questão da saúde, eles precisam ter mais ambulatórios, solicitar através da saúde que eles tenham atendimento médico, enfermeiro que possam estar lá acompanhando o trabalho lá dentro. Psiquiatras, como aqui foi dito que às vezes eles precisam de atendimento psiquiátricos e psicólogos para ser feito um trabalho de socialização neles também, para quando eles saírem de lá para eles não ficarem perdidos. E a questão da segurança...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, é por que, eu sou mais enfático. O que que o Comitê poderia trazer de benefício, a senhora está explicando alguns pontos. Mas, por último, os profissionais de segurança, as pessoas que estão lidando constantemente com os reclusos, os apenados. Na lei diz que existe alguma disciplina; tortura psicológica, tortura física, o que a senhora pode entender como tortura psicológica? Hoje no Estado falido, um Estado que não dá condições mínimas para que a pessoa cumpra a sua pena, o que a senhora pode falar quanto à questão de tortura psicológica? O que a senhora pode falar sobre isso?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – No caso da tortura psicológica, vamos dizer que eles sejam torturados psicologicamente por policiais que queiram fazer alguma investigação ou descobrir alguma coisa e façam essa tortura psicológica neles para que eles possam está falando, denunciando alguém.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, não falei isso não. A senhora acha então que o Comitê tem condições, o Comitê composto por 3 membros terá condições de avaliar uma denúncia que lá tem da discriminação das suas atribuições, receber denúncias, fazer relatórios. E com isso, vou ser mais específico; a senhora acha que o Comitê formado com 3 pessoas terá condições suficientes de analisar uma denúncia de

um recluso, de um apenado que está cumprindo pena, ele foi torturado psicologicamente. Qual vai ser o entendimento da senhora? A senhora se sente preparada ou para estar analisando essa questão dessa tortura?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO – Essa questão aí, no caso teria que ter um acompanhamento, os psicólogos que seriam mais apropriados para estarem acompanhando junto com o Comitê. Por que só nós não estaríamos tão aptos, a chegar a um diagnóstico, por que a partir do momento que está lá o psicólogo, está o psiquiatra eles são os especialistas que ...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu me dou por satisfeito.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Da mesma maneira. Deputado Anderson se quiser fazer alguma pergunta? Não? Então a gente agradece, Cássia, a sua participação. Nós ainda iremos sabatinar mais um participante, fique à vontade aqui no nosso plenário para acompanhar o outro colega, a gente fica muito honrado com a sua presença, com seu interesse, com seu engajamento na causa desse mecanismo e sintam-se sempre à vontade para comparecer aqui a Casa Legislativa. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Agora a última candidata pretendente Maria Sônia Dantas Coelho Alves para também ser sabatinada pelos Exm^{os}. Srs. Deputados Estaduais.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Bom dia a todos e a paz do Senhor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Dona Maria Sônia Coelho Alves seja bem-vinda, fique a vontade, tranquila, nós estamos aqui para aferir conhecimento, engajamento, interesse, envolvimento nesta causa, é nossa obrigação, nossa prerrogativa, é um projeto que foi criado no Poder Executivo, ele não foi originado aqui na Assembleia Legislativa e a gente tem que cumprir a nossa responsabilidade de universalizar todo e qualquer debate e isso daqui faz parte da nossa prerrogativa, então a senhora fique bem a vontade, seja bem-vinda, a gente vai lhe dar 5 minutos iniciais para fazer uma explanação a respeito da sua origem, da sua área de atuação, sua profissão, o que lhe trouxe a participar desse processo seletivo, qual a sua experiência com o tema proposto, qual a sua vivência nas unidades prisionais, centros de socializações, hospitais, clínicas, comunidades terapêuticas com pessoas que tem privação de liberdade, o que a senhora entende disso no geral em 5 minutos, depois a gente vai especificar as perguntas. Fique à vontade, o tempo está franqueado para a senhora.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Bem, primeiramente que já trabalhei em Ouro Preto, trabalhava com menores infratores e vim para cá, chegando aqui trabalhei voluntariamente em uma Associação de Idosos onde também a gente via muitas coisas assim que não estavam de dentro do nosso contexto, também como professora, várias outras coisas que eu via e achava assim que estava errado, e, muitas pessoas viam e ficavam só naquela mesmice e nada de procurar fazer alguma coisa, então quando teve um processo seletivo eu fiz para os presídios e me chamaram, comecei a traba-

lhar e depois que eu entrei que eu vi que a história não era a mesma coisa, não era do que a gente vivia na realidade. Então por isso que eu vesti a camisa e estou aqui e quero ajudar tanto a comunidade como também aos nossos governantes, o que puder fazer por eles.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E a sua experiência nesse universo em relação ao sistema prisional, as pessoas com privação de liberdade, comunidades prisionais, socioeducativas?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Já trabalho dentro do presídio, só que é um contrato, já vai fazer 3 anos que estou lá, e a experiência, o que me trouxe, porque é assim, eu trabalho de professora, não é diretamente com os alunos em cela, só com alguns alunos, aqueles que são bem mais, que está em cela livre, é isso que estou trabalhando com eles, então a minha experiência é essa, trabalhar sobre a tortura que é o que a gente está falando e eu já tenho essa experiência não de agora, já tem 4 anos que eu estou trabalhando com eles lá, aí o que a gente vê mesmo é mais assim, às vezes fala dos agentes, não é dos agentes, são deles mesmos e da família que a gente vê, mas, eu quero ajudar no que for possível.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O que a senhora entende por crime de tortura?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Tortura é tudo, o psicológico, o físico. Agora mesmo no momento eu estou me achando numa tortura, sendo torturada devido às perguntas, e só em estar aqui eu acho uma tortura, então tortura é tudo isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É uma pressão psicológica muito grande, não é? É uma coação.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Com certeza, já é uma tortura.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - É por isso que eu tentei lhe falar no começo fique à vontade, fique tranquila, se solte realmente porque faz parte do procedimento e não é intenção constranger, incomodar, de forma alguma, a gente vai só fazer as perguntas, então a senhora fique bem à vontade. Mas eu sei o que é ser inibido, ter vergonha e timidez em público, isso é um grande problema, fique à vontade.

Vamos lá, a senhora sabe as competências do mecanismo no que a senhora tenta ingressar, as competências, o que deve fazer, atribuição, como proceder numa visita, como autuar ou fazer seu relato em relação aos possíveis crimes de tortura, a senhora tem como nos dar essa resposta?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Sim. Primeiramente chegando à Unidade procuramos primeiro a pessoa competente para se apresentar, dizer qual o trabalho nosso e pedir que mostre ou que possa nos ajudar naquilo que está dentro do que a gente está procurando vê. Não chegar e dizer: eu estou aqui porque fui chamado porque houve isso aqui. Então eu acho que neste ponto, dependendo do que você está vendo, não só o que você ouviu falar, você tem que procurar. E procurar a pessoa competente, o órgão competente para levar, fazer o relatório e entregar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A senhora sabe D. Sônia quais são as suas prerrogativas? A sua obrigação no desiderato, o que a senhora deve fazer, a sua incumbência?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Primeiro fiscalizar, entrar, fiscalizar e procurar ver a situação de cada um. Porque não só você escutar e dizer: é esse daqui! Não. Procurar primeiro ver a situação de cada detento, e junto com o órgão responsável, não diretamente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vamos lá mais uma pergunta. Vou fazer esta pergunta como foi orientada. A senhora na condição de Membro, quais seriam as principais questões, as informações que a senhora colheria no local? A senhora vai fazer um relatório circunstanciado, o que a senhora iria colher no local que seria importante, relevante para levar a apreciação dos demais Membros do Comitê e também às autoridades do Governo? A senhora vai fazer uma inspeção, existe uma denúncia de maus tratos de tortura em uma unidade Prisional. Vamos lá. Qual seria o seu comportamento depois que adentrasse neste estabelecimento? Como é que a senhora iria redigir o seu Tempo Circunstanciado, que é um documento probatório da sua presença e também da constatação do que acontece naquele ambiente e também na pessoa, de repente, que fez a denúncia?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Eu começaria o relatório primeiro procurando ver o que está acontecendo não só com a pessoa diretamente e sim com a pessoa responsável pelo órgão, porque eu vejo assim, às vezes, no meu caso que eu sou professora, chega aluno e diz: “Professora está acontecendo isso e isso”. Aí eu digo: “como foi que você conseguiu falar, com alguém aqui?”. “Não, eu falei para a minha família”. Então não só a família, porque a família é uma coisa separada que se você deixar, levar só pela família, você não vai chegar a um contexto, então procurar primeiro a pessoa competente, que no caso é a direção, os agentes que trabalham naquele dia, para depois você começar o seu relatório.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então, primeiro a senhora iria, no caso...

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Procurar o órgão competente e as pessoas que trabalham dentro daquela unidade que faz parte daquele local onde foi feita aquela denúncia, onde foram feitos os maus tratos para depois chegar até lá.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas a senhora tem que fazer o relatório circunstanciado, que é obrigação, se a senhora vai fazer e encaminhar para o Comitê.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Sim. Com certeza.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Está bom. Encaminhar para o Comitê. A senhora conhece alguma legislação nacional ou internacional que diz respeito ao tema da tortura?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Olha, eu não vou mentir para Vossa Excelência, se eu falar que sei diretamente eu não sei. Eu estudo, mas, eu não tenho diretamente o artigo...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E de Direitos Humanos a senhora tem conhecimento? É mais questão ...

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Sim, porque eu já trabalhei na época da FASER eu fiz um seminário na época sobre Direitos Humanos aí eu entendo algumas...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Que são vários protocolos, convenções, tratados. A senhora tem o conhecimento básico desta legislação, desses documentos?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Sim, dos documentos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAI – A pergunta é a mesma. O que a senhora pode na sua concepção à educação, à saúde, à Segurança Pública, falida como está, o que o Comitê de Combate a Tortura vai poder trazer de benefício para o Estado quanto neste sistema também que eu quero dizer, os presídios falidos, superlotados não existe ressocialização. O que é que o Comitê na sua concepção, se a senhora for convocada, ou seja, aprovada pelo Governo, vai poder trazer para o nosso Estado? Qual é a sua concepção?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Primeiramente uma política pública, que é o que está faltando. Se tiver uma política pública bem direcionada, com certeza vamos trabalhar conjunta com o Estado, Prefeitura e com os políticos, é o que nós debatemos muito. É isso aí que nós temos que procurar fazer.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – D. Sônia, tem mais alguma consideração que a senhora gostaria de fazer para encerrar a sabatina?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Sim, só uma coisa. Que os políticos vejam mais este lado. Sei que aqui nós temos bons políticos, como também temos não aqui, que a gente conhece a maioria. Eu como já fui política e não atuei, mas, fui, eu conheço a maioria e sei que eles trabalham muito bem, após as pessoas, principalmente os presídios, porque antes a gente não via isso, não tinha. Inclusive, o Anderson que já foi diretor, já sabe muito bem como é o trabalho lá. Sei que vocês são muito sacrificados. Tanto os agentes como os diretores, assim como os políticos, porque quem não conhece, acha que os políticos não vivem fazendo nada devido não ter esse projeto. Mas, com tudo isso nós precisamos de quê? Um projeto e uma política pública.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Fazer uma pergunta à senhora. A senhora considera também tortura às condições que os profissionais de segurança trabalham, eu não digo só de presídio, eu digo também, Polícia Civil, Polícia Militar?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Com certeza, como eu acabei de falar quando entrei, que a gente chegar até aqui e saber que vai passar por uma entrevista dessas, é uma tortura. Então eles também vivem; vocês vivem torturados também, os políticos, principalmente os políticos, esses também vivem naquela tortura. Advogados, todos eles vivem nessa tortura, é uma tortura psicológica.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – A senhora considera a sabatina uma tortura? A senhora considera uma tortura essa sabatina nossa?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Com certeza, que vocês estão o quê? Ajudando, querendo ajudar, mas, sabendo que no meio aqui, têm três que estão concorrendo. Vocês pensam assim: “gente, eu estou aqui, vou fazer as perguntas, com certeza vocês estão achando que nós estamos querendo fazer um tipo assim, tirar, não classificar porque acha que não vai”. Mas é uma tortura para vocês, porque nós pensamos assim também. Do jeito que vocês estão pensando, nós estamos pensando também.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mais alguma pergunta, Deputados? Não. D. Sônia, a gente agradece, ao mesmo tempo entende a exposição a uma situação de pressão psicológica de estar aqui na Assembleia Legislativa, para quem não está acostumado com isso, isso inibe realmente, deixa a gente muito deslocada, ao passo que a gente parabeniza pelo interesse, pela vontade servir o Comitê, de vir aqui fazer essa explanação. Obrigado pela oportunidade de também conhecê-la.

A Assembleia Legislativa está de portas abertas para acolher qualquer denúncia, qualquer informação, qualquer colaboração para melhorar esse tratamento. A senhora fique à vontade para se colocar ao lado dos demais colegas participantes e a gente encerra por aqui a sua sabatina, mais uma vez agradecendo, está bom? Então pode ficar à vontade.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES – Agradecer aos senhores também, aos Deputados, o advogado que temos aqui, o Dr. Ezequiel, as meninas que ajudaram muito, a Débora, até ligar, porque a gente nem sabia, mas, achava que estava todo mundo fora, que não ia mais participar, não é, gente? Mas quero agradecer a todos vocês também.

Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Está bom, então. Muito obrigado, D. Sônia. Nós agradecemos a todos os colegas que estão aqui participando, ao Ezequiel, a toda equipe, aos participantes da sabatina. A gente encerra, neste momento, a Comissão Geral da Assembleia Legislativa, que sabatinou os candidatos a participarem do membro, do Conselho do Mecanismo e Combate à Tortura, e vamos, neste ato, encerrar e já também retornar aos trabalhos da Sessão Ordinária. Muito obrigado a todos e no tempo hábil, com todas as especificidades nós iremos encaminhar conforme já dialogado com as autoridades. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado a todos os membros da OAB e também do Comitê

pela participação. E a partir deste momento ficam apenas, no plenário, Suas Excelências os Senhores Deputados Estaduais. Obrigado a todos. Bom dia.

**(Encerra-se a Comissão Geral
às 11 horas e 35 minutos e reinicia-se
a Sessão Ordinária às 11 horas e 39 minutos)**

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Declaro reabertos os trabalhos desta Sessão Ordinária. Passamos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passamos, portanto, à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

Só para explicar e dá ciência também, melhor compreensão ao plenário, servidores desta Casa, ao povo deste Estado, do meu pedido de afastamento por licença médica. Infelizmente eu fui diagnosticado, no mês de setembro ainda, do ano passado, de uma grave lesão na coluna cervical, nas vértebras C-5 e C-6, tecnicamente, cientificamente se chama discopatia degenerativa. Infelizmente é uma lesão que não tem cura, na coluna cervical e é um problema muito grave, que inclusive a minha medula está sendo comprimida. Os discos lesionados estão já comprimindo a medula e isso causa fortes dores no ombro, nas costas, se irradiando para o braço, perda de força no lado direito, é também um amortecimento dos dedos, então é uma situação muito grave. E como se trata de lesão grave nos discos aqui da coluna cervical, que a pior hérnia que existe é da coluna cervical, eu não posso viver nas estradas, como é nossa rotina. Eu ando uma média de 1500 quilômetros por semana de carro. Então, metade é no asfalto, são 700 quilômetros de Machadinho aqui, praticamente no asfalto. Mas nós fazemos uma agenda, todo dia praticamente, toda semana, no interior e outros municípios e percorremos muito estrada de chão. Então, aí a coluna não resiste. Então eu estou pedindo esse afastamento de 30 dias para tratamento de saúde, vou passar por várias sessões de fisioterapia para uma recuperação o mais rápido possível, lembrando que esse é um tipo de problema que não tem cura, que eu vou ter que conviver o resto da vida trabalhando para não ter dor, mas cura não tem. Então se faz necessário essa parada, colocar o pé no freio para cuidar da saúde. Só para que todos tenham ciência.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Meu amigo, o que eu posso falar para Vossa Excelência, Deputado Ezequiel, que o senhor tenha melhoras. Sabemos que uma lesão na coluna não é algo que pode ser tratado da noite para o dia. Então, a prioridade para qualquer ser humano é a saúde. Então fica aqui o meu apoio, a minha solidariedade a sua pessoa e se Deus quiser daqui uns dias o senhor está apto novamente a seguir a sua empreitada aqui à frente do Parlamento também e foi um prazer conhecê-lo e tê-lo nesses anos que nós temos aqui de Parlamento, mas, segue a luta, Vossa Excelência vai melhorar se Deus quiser.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado.

Proceda, portanto, a leitura das Proposições recebidas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede a leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer à Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, informações quanto às providências a serem adotadas ante as denúncias recebidas de falta de estrutura na Segurança Interna da Penitenciária Estadual Ênio dos Santos Pinheiro no tocante as guaritas, iluminação e escadas de acesso aos postos de observação.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente a Mensagem nº 16, de 13 de março de 2018, que “Dispõe sobre aporte de capital à Companhia de Mineração de Rondônia – CMR”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente a Mensagem nº 18, de 13 de março de 2018, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 1.914.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer à Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, bem como, à Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGESP, informações acerca do andamento dos processos inerentes ao pagamento das horas extras dos servidores Agentes Penitenciários.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON. Institui o “Janeiro Branco” no calendário do Estado como Campanha de Estímulo ao Cuidado da Saúde Mental e Bem-Estar e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Institui a Carteira de Identificação do Autista (CIA), no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental a realização de Sessão Solene no dia 02 de abril de 2018, às 09h00, no Plenário da Assembleia Legislativa, em Alusão ao dia de Conscientização do Autismo.

Lida as matérias, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Solicito ao Sr. Secretário, proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental a realização de Sessão Solene no dia 02 de abril de 2018, às 09h00, no Plenário da Assembleia Legislativa, em Alusão ao dia de Conscientização do Autismo.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Léo Moraes. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Não há matéria a ser deliberada Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Há matérias, mas, nós temos que proceder ...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – A verificação de quorum.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – A verificação de quorum.

Então, nesse momento pedir aqui para Assessoria cuidar do painel para que nós possamos fazer a Verificação de Quorum. Atenção Srs. Deputados que estão aqui ao fundo do Plenário, que estão nos Gabinetes, por favor, compareçam ao Plenário que nós temos ainda algumas matérias, então precisamos ter Quorum Regimental.

Deputado Léo Moraes, está aí nesse momento.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airtton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lázinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- presente

Com apenas 06 Deputados presentes não há Quorum para deliberação de matérias.

Está encerrada, portanto, a Ordem do Dia.

Passamos ao Grande Expediente. Não há Oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Lideranças. Também não há Oradores inscritos.

Encerramos, portanto, as Comunicações de Lideranças e passamos as Comunicações Parlamentares. Também não há Oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 27 de março, no horário regimental às 15h00 e comunico realização de Sessão Solene de autoria do Depu-

tado Anderson do Singeperon, no dia 22 de março às 15h00 para entrega de Medalha do Mérito Legislativo e Voto de Louvor.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 11 horas e 50 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 172/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 04 a 07/04/2018, a servidora relacionada, que irá ministrar curso de Introdução a Licitação - Lei nº 8666/1993, no município de São Miguel do Guaporé - RO, conforme Processo nº. 0004606/2018-84.

Matrícula: 200164141

Nome: Cândrica Madalena Silva

Cargo: Secretário Administ.

Lotação: Gab. Sec. Administrativa

Porto Velho - RO, 02 de Abril de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 173/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 04 a 07/04/2018, ao servidor relacionado, para conduzir o veículo com a Diretora Administrativa da ALE/RO, que irá ministrar curso de Introdução a Licitação - Lei nº 8666/1993, no município de São Miguel do Guaporé - RO, conforme Processo nº. 0004606/2018-84.

Matrícula: 200164479

Nome: Francisco Diego da L. Araújo

Cargo: Assessor Técnico

Lotação: Div. de Apoio Administ.

Porto Velho - RO, 02 de Abril de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 0781/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

P R O R R O G A R

A cedência do servidor **GILBERTO LEANDRO ALVES**, matrícula nº. 100001256, cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo de Pessoal deste Poder Legislativo para o Ministério de Minas e Energia, pelo período de 01 (um) ano a contar de 03 de abril de 2018, sem prejuízo da remuneração e dos direitos e vantagens a que faz jus, cujas despesas serão reembolsadas a este Poder Legislativo, pelo órgão solicitante, na forma prevista no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017.

Porto Velho, 28 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 0807/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 11 e 24 e anexo VI, da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

P R O R R O G A R

Por 30(trinta) dias, a Comissão de Trabalho Temporário de Reavaliação de Bens, instituída pelo Ato 0515/2018-SRH/P/ALE, publicado no Diário Oficial da ALE-RO nº 28, de 22 de fevereiro de 2018, a contar de 02 abril de 2018.

Porto Velho, 02 de abril de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL